

71

BOLETIM TRIMESTRAL
informação reportada ao
segundo trimestre de 2026

CENTRO

DE PORTUGAL

71

BOLETIM TRIMESTRAL

Informação reportada ao
segundo trimestre de 2026

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Centro, I.P.

Responsável Técnico

Unidade de Planeamento e
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Outubro de 2026
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguma da informação conjuntural
encontra-se também em
<http://datacentro.ccdrc.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registrado
- 13 Empresas
- 15 Comércio Internacional de Bens
- 18 Turismo
- 20 Construção e Habitação
- 23 Preços
- 24 Consumo Privado
- 26 Políticas Públicas no Centro - Plano de
Recuperação e Resiliência
- 35 Políticas Públicas no Centro - Portugal 2030

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

CENTRO
DE PORTUGAL

No segundo trimestre de 2026, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 2,5%, justificado pelo contributo positivo da procura interna, que superou o contributo negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional diminuiu para 5,3%, valor abaixo do observado nos períodos homólogo e anterior. Já o nível de preços aumentou para os 3,3%, tendo acelerado em relação ao mesmo trimestre de 2025 e ao trimestre anterior. A confiança dos consumidores piorou, enquanto o indicador de clima económico permaneceu positivo e superior ao trimestre homólogo. O euro valorizou face ao dólar na comparação com o período homólogo, ainda que se tenha verificado uma desaceleração significativa face ao trimestre anterior.

Relativamente à Região Centro, continuou a assistir-se a uma evolução favorável do mercado de trabalho, decorrente dos aumentos das taxas de atividade e de emprego e da diminuição do desemprego. O salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem voltou a aumentar face a igual período do ano anterior, o que se verifica há mais de dois anos consecutivos, embora a um ritmo mais moderado.

No setor empresarial regional registou-se uma diminuição homóloga nas ações de insolvência de empresas, por contraste com o país, onde se verificou um aumento significativo, e um aumento das empresas constituídas, invertendo a quebra registada no trimestre anterior. Os empréstimos concedidos às empresas aumentaram na região, reforçando a trajetória do trimestre anterior. Também o peso regional dos empréstimos vencidos no total dos concedidos aumentou, ainda que ligeiramente, face ao mesmo trimestre do ano de 2025. O setor da construção regional apresentou uma evolução homóloga positiva das obras concluídas, enquanto o licenciamento evoluiu negativamente, com exceção dos novos fogos para habitação familiar. Relativamente à evolução dos empréstimos à habitação em termos homólogos reais, o crédito concedido para habitação continuou a crescer, enquanto os empréstimos vencidos registaram uma nova quebra muito significativa.

Na atividade turística, os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico diminuíram na região em termos homólogos, contrariando a tendência nacional, mas prosseguindo a tendência de decréscimo que se tinha verificado no trimestre anterior. Já a estada média na região manteve-se inalterada face a igual período do ano anterior.

O comércio internacional de bens evoluiu positivamente na região, decorrente do crescimento homólogo real das saídas e das entradas de bens. A variação regional das saídas reflete o contributo positivo tanto do mercado intracomunitário, como do extracomunitário. Já a variação regional positiva das entradas de bens foi explicada pelo crescimento do mercado intracomunitário, uma vez que o mercado extracomunitário evoluiu negativamente. A nível nacional assistiu-se também a um aumento das saídas e das entradas de bens.

O Índice de Preços no Consumidor acelerou na Região Centro face ao trimestre homólogo e aos trimestres anteriores, superando o registo nacional. As compras em terminais de pagamento automático e a concessão de empréstimos para consumo aumentaram face a igual período do ano anterior na Região Centro e em Portugal, tendo os restantes indicadores representativos do consumo privado evoluído desfavoravelmente.

No PORTUGAL 2030, a 30 de junho de 2026, estavam aprovados 2,7 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 4,2 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro (trata-se apenas das operações com investimento integral no Centro). Estes apoios continuaram a destinar-se, sobretudo, à competitividade empresarial, cursos profissionais e mobilidade urbana sustentável. O programa regional CENTRO 2030 era responsável por 35,2% dos apoios aprovados e o programa temático PESSOAS 2030 por 35,1%. O FEDER continuava a ser, desde o trimestre anterior, o fundo mais expressivo na região, financiando 47,2% dos montantes aprovados, logo seguido do FSE+ com 41,0%.

Quanto ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a 30 de junho de 2026, estavam aprovados 4.234,9 milhões de euros para aplicação na Região Centro, dos quais 4.082,7 milhões de euros estavam já contratados. Os projetos contratados totalizavam 101.577 e os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 2.117,4 milhões de euros, o que corresponde a 51,9% do valor contratado.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

2,5%

foi a variação
homóloga real do PIB

3,3%

foi a taxa de inflação
homóloga

No segundo trimestre de 2026, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 2,5%, justificado pelo contributo positivo da procura interna, que superou o contributo negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional diminuiu para 5,3%, valor abaixo do observado nos períodos homólogo e anterior. Já o nível de preços aumentou para os 3,3%, tendo acelerado em relação ao mesmo trimestre de 2025 e ao trimestre anterior. A confiança dos consumidores piorou, enquanto o indicador de clima económico permaneceu positivo e superior ao trimestre homólogo. O euro valorizou face ao dólar na comparação com o período homólogo, ainda que se tenha verificado uma desaceleração significativa face ao trimestre anterior.

No segundo trimestre de 2026, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga¹ de 2,5% (que compara com 2,4% no trimestre anterior e 1,7% no segundo trimestre de 2025). Esta evolução real do PIB foi determinada pelo contributo positivo da procura interna (3,8 pontos percentuais), que superou o contributo negativo da procura externa líquida (-1,3 pontos percentuais).

Assim, a procura interna aumentou 3,7% em termos homólogos reais, após um crescimento de 4,6% no trimestre anterior e de 4,0% no trimestre homólogo de 2025. Face ao trimestre anterior, verificou-se uma aceleração do consumo das famílias (3,7% face a 3,4%) e um abrandamento do investimento (5,7% que compara com 10,4%) e do consumo público (1,5% em relação a 1,6%).

O contributo negativo da procura externa líquida para a variação homóloga real do PIB registado neste trimestre foi determinado pelo crescimento mais intenso das importações de bens e serviços face ao das exportações. Assim, as exportações apresentaram uma variação homóloga real de 4,0%, que superou o crescimento de 1,4% no trimestre precedente, com ambas as componentes a registarem variações positivas (3,7% nos bens e 4,6% nos serviços). Já as importações de bens e serviços aumentaram 6,5% em termos homólogos reais (acentuando o acréscimo de 6,1% no trimestre anterior), variação determinada pelo crescimento das exportações de bens (4,4%) e, principalmente, de serviços (16,0%).

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	2,5	2,4	1,9	2,2	1,7	1,9	2,2
Procura interna	v. h. (%)	3,7	4,6	3,1	3,6	4,0	3,7	2,9
Consumo das famílias	v. h. (%)	3,7	3,4	2,8	4,0	3,7	3,6	3,0
Formação bruta de capital	v. h. (%)	5,7	10,4	5,3	4,4	6,9	6,0	3,8
Taxa de investimento	%	22,1	22,8	21,2	22,0	21,4	21,4	20,6
Exportações	v. h. (%)	4,0	1,4	-0,6	0,6	-0,1	0,4	3,2
Importações	v. h. (%)	6,5	6,1	2,0	3,7	4,7	4,4	4,7
VAB	v. h. (%)	2,3	2,2	1,5	2,1	1,8	1,7	2,1
Taxa de desemprego	%	5,3	6,1	5,8	5,8	5,9	6,0	6,4
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	3,3	2,2	2,2	2,6	2,2	2,3	2,4
Indicador de confiança dos consumidores	%	-25,9	-18,7	-14,5	-16,6	-17,5	-16,2	-17,0
Indicador de clima económico	%	2,7	2,9	2,9	2,9	2,5	2,8	2,1
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,163	1,171	1,1633	1,168	1,134	1,129	1,082
	v. h. (%)	2,6	11,2	9,0	6,3	5,3	4,4	0,0

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
USD – Dólar dos Estados Unidos
EUR – Euro

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,3% em termos homólogos reais (que compara com 2,2% no trimestre anterior e 1,8% no segundo trimestre de 2025). Neste período, apenas o ramo da “agricultura, silvicultura e pesca” registou uma variação homóloga real negativa de -4,0%. Os restantes sete ramos de atividade apresentaram variações homólogas reais positivas, destacando-se, com o crescimento mais elevado, os “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (4,0%), a “indústria” (3,4%) e as “outras atividades de serviços” (3,3%).

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional foi de 5,3%, valor inferior em 0,8 pontos percentuais ao do trimestre precedente e inferior em 0,6 pontos percentuais ao valor do trimestre homólogo de 2025. Estimavam-se 300,8 mil desempregados no país, o que traduz um decréscimo trimestral de 45,5 mil pessoas e uma diminuição homóloga de 28,7 mil indivíduos. Deste volume de pessoas desempregadas, 21,1% estavam empregadas no trimestre anterior, 20,6% transitaram da situação de inatividade para o desemprego neste trimestre e as restantes 58,3% já estavam desempregadas no período antecedente. Relativamente aos indivíduos que permaneceram no desemprego, 33,2% mantiveram-se como desempregados de longa duração (12 e mais meses) e 49,1% de curta duração (até 11 meses).

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, cresceu 3,3% neste trimestre, tendo acelerado face ao período anterior e homólogo (2,2%, em ambos os trimestres). Das 13 classes de consumo, apenas duas registaram variações negativas na comparação homóloga: a “informação e comunicação” (-2,4%) e o “vestuário e calçado” (-1,3%). Com as taxas de variação homóloga mais elevadas destacavam-se os “restaurantes e serviços de alojamento” (5,7%), os “transportes” (5,4%) e os “serviços de higiene e cuidados pessoais, proteção social e bens e serviços diversos” (4,4%).

As expectativas dos consumidores, avaliadas pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, continuaram negativas e pioraram significativamente face aos períodos homólogo e anteriores. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, manteve-se positiva neste trimestre, tendo o indicador superado o valor do período homólogo, mas ficado abaixo do valor do trimestre anterior.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) registou uma variação homóloga de 2,6%, neste trimestre, ainda que se tenha verificado um abrandamento na valorização da moeda europeia face ao dólar relativamente aos períodos anteriores. A valorização do euro traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

MERCADO DE TRABALHO

4,1%

foi a taxa de
desemprego regional

3,1%

foi o aumento
homólogo do salário
médio líquido mensal
dos trabalhadores por
conta de outrem

No segundo trimestre de 2026, continuou a assistir-se a uma evolução favorável do mercado de trabalho regional, decorrente dos aumentos das taxas de atividade e de emprego e da diminuição do desemprego. O salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem voltou a aumentar face a igual período do ano anterior, o que se verifica há mais de dois anos consecutivos, embora a um ritmo mais moderado.

No segundo trimestre de 2026, a taxa de atividade da população em idade ativa⁵, na Região Centro, foi de 59,4%, representando um aumento homólogo de 1,1 pontos percentuais e prosseguindo o comportamento positivo registado desde o início de 2025 (que inverteu um ano de quebras homólogas sucessivas). Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à média nacional de 61,5%. A taxa de atividade dos homens, como habitualmente, foi mais elevada do que a das mulheres (63,9% contra 55,3%, respetivamente).

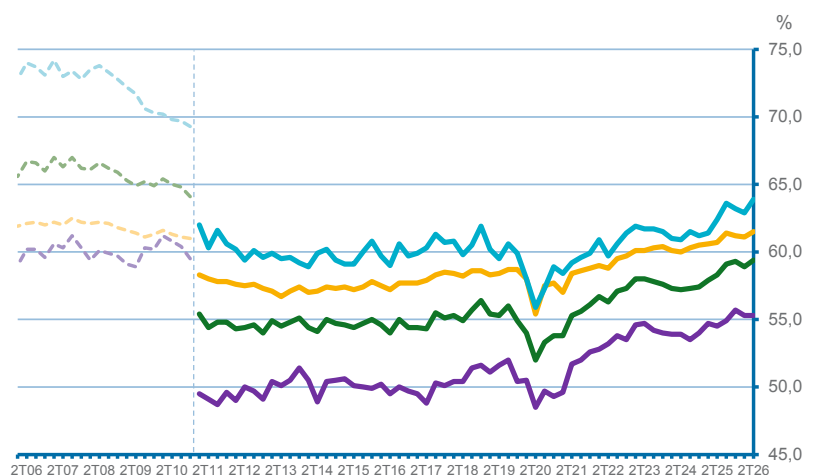
Neste trimestre, a população ativa⁶ da Região Centro ascendia a 1.208,6 mil indivíduos, tendo aumentado 2,9% face a igual período do ano anterior, evolução que deu continuidade ao crescimento verificado nos últimos cinco anos. Já os inativos⁷ totalizavam 863,2 mil indivíduos, tendo ocorrido uma diminuição de 1,6% face ao trimestre homólogo, que deu continuidade ao comportamento negativo observado desde meados de 2025 (após mais de um ano de aumentos homólogos consecutivos). Esta variação homóloga negativa nos inativos decorre do decréscimo dos “outros” (-12,0%) e dos domésticos (-2,0%), tendo sido contrariada pela variação ligeiramente positiva dos estudantes (0,5%) e dos reformados (0,4%).

⁵ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, “permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa”. Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁶ Para a série do inquérito ao emprego de 2021, segundo o INE, toma-se como população ativa “o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)”. Já para a série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁷ A população inativa é o conjunto de indivíduos com idade inferior a 16 anos, superior a 89 anos e dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, não podiam ser considerados ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados.

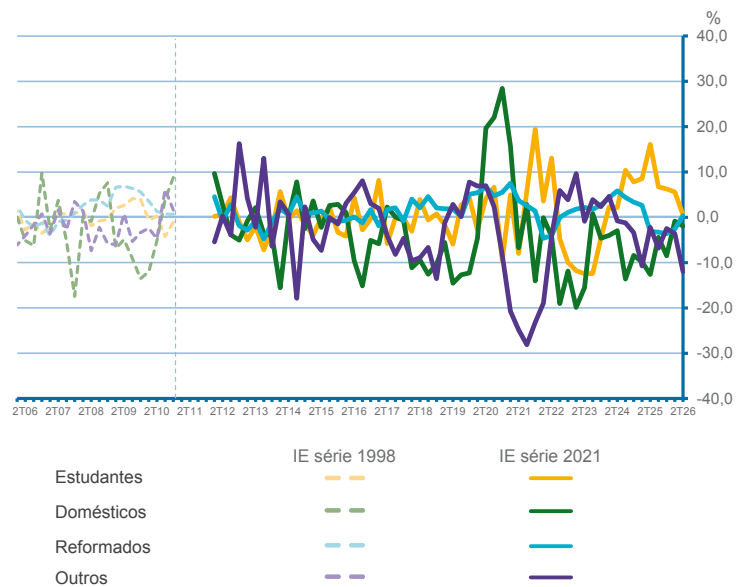
Taxa de atividade em Portugal e no Centro



	IE série 1998	IE série 2021
Portugal	—	—
Centro	—	—
Centro - Homens	—	—
Centro - Mulheres	—	—

População inativa no Centro por condição perante o trabalho
(variação homóloga)⁸

⁸ Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021), a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica "Outros". Já a rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros"



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025 média trimestral	2024
Taxa de atividade								
Portugal	%	61,5	61,1	61,2	61,4	60,7	61,0	60,2
Centro	%	59,4	58,9	59,3	59,1	58,3	58,6	57,3
	v. h. (p.p.)	1,1	1,0	1,9	1,8	1,1	1,3	-0,6
População ativa – Centro	milhares	1 208,6	1 194,9	1 205,7	1 194,0	1 175,1	1 184,4	1 135,1
	v. h. (%)	2,9	2,8	5,4	5,1	3,9	4,3	0,5
População inativa – Centro	milhares	863,2	871,6	867,8	865,2	877,3	873,0	883,3
	v. h. (%)	-1,6	-1,1	-2,2	-2,2	-0,6	-1,2	2,8
Estudantes	milhares	173,4	168,3	161,1	157,5	172,5	162,6	148,7
	v. h. (%)	0,5	5,6	6,3	6,7	16,1	9,3	5,6
Domésticos	milhares	65,3	70,8	68,9	71,4	66,6	69,6	76,3
	v. h. (%)	-2,0	-0,8	-8,5	-4,4	-12,6	-8,8	-7,4
Reformados	milhares	509,4	511,3	511,3	509,3	507,4	513,3	523,1
	v. h. (%)	0,4	-2,6	-3,6	-3,3	-3,1	-1,9	4,5
Outros	milhares	115,1	121,2	126,5	126,9	130,8	127,5	135,1
	v. h. (%)	-12,0	-3,6	-2,5	-6,8	-2,2	-5,6	-0,2

A taxa de emprego⁹ da Região Centro, no segundo trimestre de 2026, foi de 57,0%, traduzindo um aumento de 1,5 pontos percentuais face a igual trimestre do ano anterior e de 0,9 pontos percentuais face ao trimestre anterior. Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à taxa de emprego do país (58,3%).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.159,1 mil indivíduos, o que representou um acréscimo de 3,7% face ao período homólogo e prosseguiu o crescimento sucessivo observado há mais de um ano. Verificaram-se aumentos homólogos em seis das oito categorias de empregos analisados, destacando-se, com os acréscimos mais significativos, os empregados do setor secundário (4,5%), com mais de 45 anos (4,4%), entre os 25 e os 44 anos (4,3%) e as mulheres empregadas (4,3%). Já o emprego dos indivíduos dos 16 aos 24 anos e dos trabalhadores do setor primário apresentaram variações negativas (de -9,2% e -8,0%, respetivamente).

⁹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população em idade ativa. Na série do inquérito ao emprego de 2021, a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego (série de 1998), a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

¹⁰ A partir do 2.º trimestre de 2022, este indicador, calculado pelo INE, sofreu algumas alterações relativamente à edição anterior, nomeadamente passou a abranger todas as pessoas que referiram ter trabalhado a partir de casa no período de referência (note-se que, na edição anterior, a população-alvo correspondia ao conjunto de pessoas que tinham trabalhado maioritariamente em casa no período de referência). Deste modo, os dados divulgados a partir do 2.º trimestre de 2022 não são diretamente comparáveis com a edição anterior (que vigorou do 1.º trimestre de 2021 ao 1.º trimestre de 2022).

¹¹ Importa referir que, segundo o INE, a população empregada que trabalha a partir de casa abrange, não só os indivíduos em teletrabalho, como a população que trabalha em casa com recurso a computador e/ou smartphone, mas sem utilização de qualquer tipo de tecnologia de informação e de comunicação (VPN, correio eletrónico, ligação remota, videoconferência, aplicações web, extranet, pastas partilhadas na nuvem ou outro tipo) e ainda os que trabalham sem recurso a qualquer daqueles equipamentos.

Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o crescimento da população empregada no trimestre, uma vez que, representando 85% deste universo, aumentaram 4,2% em termos homólogos. Esta variação regional positiva deu continuidade ao crescimento verificado no último ano. Das categorias de trabalhadores por conta de outrem analisadas, destacavam-se com os acréscimos mais elevados os trabalhadores com ensino superior (7,6%) e com ensino secundário e pós-secundário (3,5%) como habilitação, os trabalhadores contratados sem termo (5,0%) e os que desempenham as suas funções a tempo parcial (5,6%). Verificou-se um decréscimo homólogo em apenas uma das oito categorias analisadas, nomeadamente dos trabalhadores contratados a termo (-5,5%).

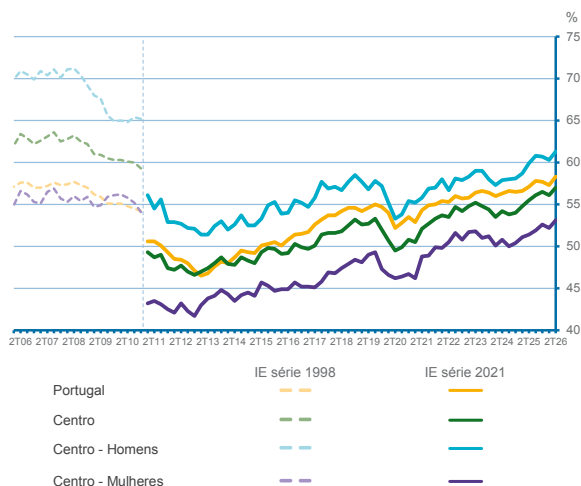
Também os trabalhadores por conta própria contribuíram para o crescimento da população empregada observado neste trimestre, com um aumento de 1,7% face ao período homólogo, que deu continuidade ao comportamento positivo registado há mais de um ano, embora em desaceleração face aos trimestres anteriores. Esta evolução homóloga resultou da variação positiva dos trabalhadores isolados (9,7%) que, por terem um maior peso, compensou a variação negativa dos empregadores (-12,8%).

A população empregada na região que trabalhou a partir de casa¹⁰, no segundo trimestre de 2026, totalizou 222,5 mil indivíduos, representando 19,2% do total da população empregada. Entre os empregados que trabalharam a partir de casa, 97,0% (215,8 mil indivíduos) estiveram em teletrabalho, ou seja, utilizaram Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para desempenhar as suas funções neste contexto¹¹. O teletrabalho abrangeu, assim, 18,6% do total da população empregada na região, representando uma quota mais elevada do que a do trimestre homólogo (17,9%).

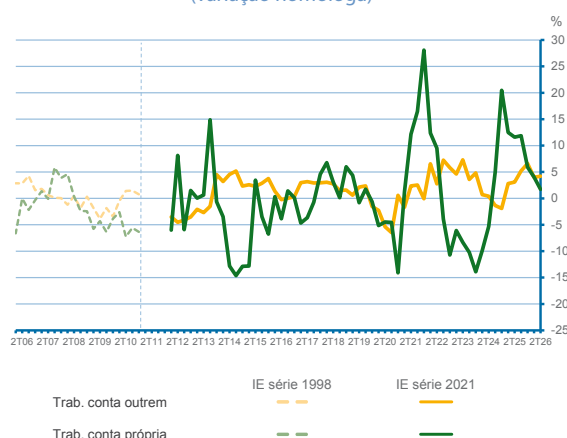
Quadro 3 – Emprego		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
		média trimestral						
Taxa de emprego								
Portugal	%	58,3	57,3	57,7	57,8	57,1	57,3	56,4
	%	57,0	56,1	56,5	56,1	55,5	55,7	53,9
Centro	v. h. (p.p.)	1,5	1,3	2,5	2,3	1,3	1,8	-0,9
População empregada – Centro		milhares	1159,1	1136,8	1148,7	1134,6	1117,6	1125,2
	v. h. (%)	3,7	3,4	6,7	6,3	4,4	5,4	-0,3
Homens	v. h. (%)	3,1	3,6	6,5	6,9	5,8	6,0	0,3
Mulheres	v. h. (%)	4,3	3,0	6,8	5,8	2,9	4,8	-0,9
16 - 24 anos	v. h. (%)	-9,2	10,8	4,6	9,2	0,9	3,6	-11,0
25 - 44 anos	v. h. (%)	4,3	2,6	6,5	7,4	4,1	6,1	1,4
45 - 89 anos	v. h. (%)	4,4	3,3	7,0	5,3	4,9	5,1	-0,4
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-8,0	1,0	2,9	-23,1	-16,5	-16,6	-11,3
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	4,5	-2,2	-3,7	-0,8	0,9	-0,5	2,2
Serviços	v. h. (%)	3,9	5,9	11,6	11,3	7,1	9,4	-0,7
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	983,1	963,5	974,1	954,8	943,5	949,8
	v. h. (%)	4,2	4,0	6,6	5,2	3,1	4,4	-0,5
Contratos sem termo	v. h. (%)	5,0	5,8	9,6	6,7	4,4	6,3	1,6
Contratos com termo	v. h. (%)	-5,5	-9,5	-9,7	1,1	-4,7	-5,0	-11,3
Tempo completo	v. h. (%)	4,1	4,7	7,6	6,4	4,7	5,5	-0,4
Tempo parcial	v. h. (%)	5,6	-7,1	-9,3	-16,6	-19,9	-12,5	-3,2
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	x
Básico	v. h. (%)	0,9	-2,1	-0,7	-8,7	-13,3	-9,4	-10,1
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	3,5	4,7	8,5	11,4	10,4	9,4	7,4
Superior	v. h. (%)	7,6	8,6	13,5	14,4	14,3	15,1	2,8
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	170,3	170,7	169,0	170,4	167,4	167,7
	v. h. (%)	1,7	4,0	5,9	11,9	11,6	10,4	1,6
Isolados	v. h. (%)	9,7	4,1	4,9	11,3	13,8	9,0	-3,6
Empregadores	v. h. (%)	-12,8	3,9	7,7	12,9	7,8	13,0	13,0

x: Não disponível

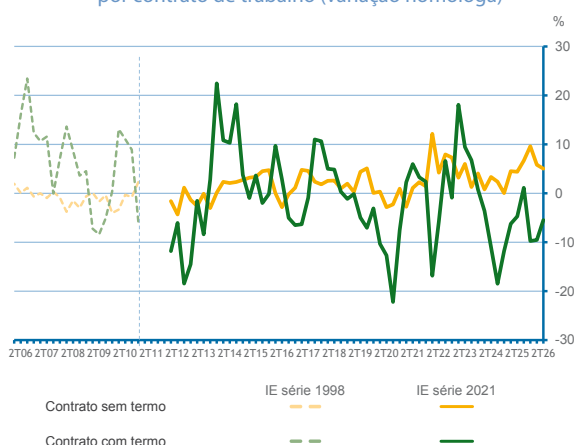
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



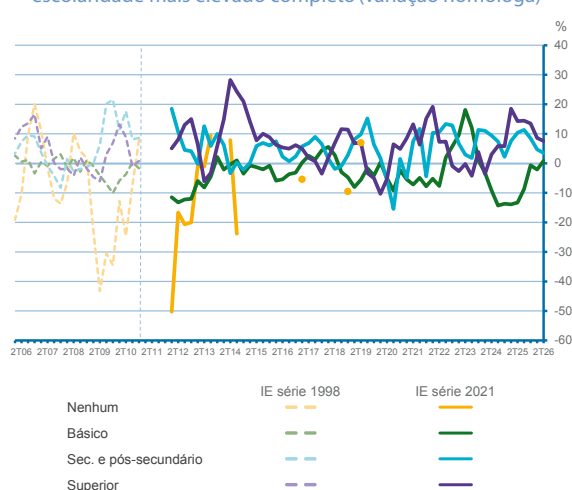
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)¹²



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹³



A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro fixou-se nos 4,1%, no segundo trimestre de 2026, o que refletiu uma diminuição trimestral e homóloga de 0,8 pontos percentuais e prosseguiu a variação negativa verificada desde o primeiro trimestre de 2025, após mais de um ano de acréscimos homólogos. Esta taxa permaneceu inferior à média nacional (de 5,3%), o que já sucede desde o quarto trimestre de 2024. A taxa de desemprego regional das mulheres diminuiu 1,7 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, igualando a dos homens (4,1%). Anteriormente, a taxa de desemprego feminina tinha permanecido acima da masculina durante mais de dois anos consecutivos.

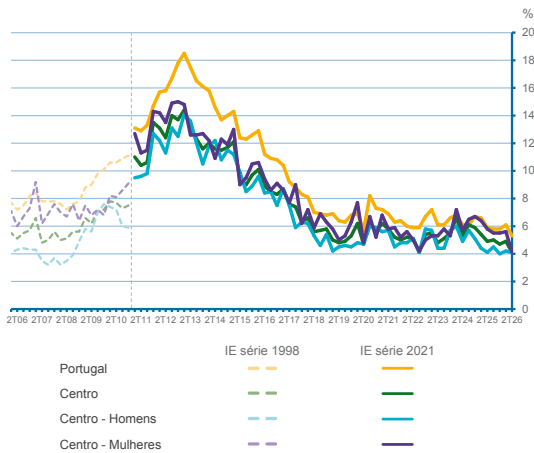
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 49,5 mil indivíduos, o que representou uma redução homóloga de 13,9% e prosseguiu as variações negativas verificadas desde o primeiro trimestre de 2025, que interromperam mais de um ano de aumentos homólogos sucessivos. Das categorias de desempregados analisadas, registaram-se quebras homólogas expressivas nos desempregados do sexo feminino (-27,3%), nos desempregados à procura de novo emprego (-16,9%) e nos desempregados há menos de 12 meses (-14,6%). Estas três categorias foram também as que mais contribuíram para a variação regional da taxa de desemprego no trimestre, com um contributo, por categoria, de -15,7 pontos percentuais, de -14,3 pontos percentuais e -9,6 pontos percentuais, respetivamente. Ainda assim, os desempregados do sexo masculino e os desempregados à procura do primeiro emprego apresentaram variações homólogas positivas, de 4,1% e 2,2% respetivamente, que se traduziram em contributos positivos de 1,7 e 0,3 pontos percentuais, de forma correspondente, para a evolução da taxa de desemprego ocorrida no segundo trimestre de 2026.

¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

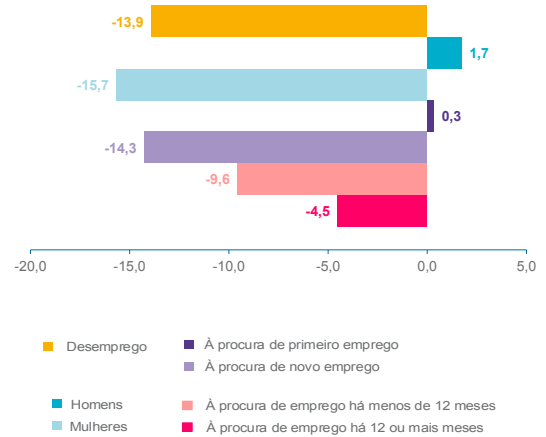
¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no segundo trimestre de 2026 (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	5,3	6,1	5,8	5,8	5,9	6,0	6,4
Centro	%	4,1	4,9	4,7	5	4,9	5,0	6,0
	v. h. (p.p.)	-0,8	-0,5	-1,2	-1,1	-0,4	-1,0	0,8
Homens	%	4,1	4,2	4	4,5	4,1	4,2	5,5
Mulheres	%	4,1	5,6	5,5	5,5	5,8	5,8	6,5
16 - 24 anos	%	22,1	x	20,9	x	x	19,7	23,0
25 - 44 anos	%	x	x	x	x	x	x	6,1
45 - 89 anos	%	x	x	x	x	x	x	3,8
População desempregada – Centro		milhares	49,5	58,1	57	59,4	57,5	59,2
	v. h. (%)	-13,9	-7,6	-15,5	-14,9	-4,3	-12,8	14,7
Homens	v. h. (%)	4,1	-2,7	-18,7	-17,9	-13,2	-18,7	8,2
Mulheres	v. h. (%)	-27,3	-11,2	-13,1	-11,8	3,1	-7,7	20,9
16 - 24 anos	v. h. (%)	x	x	-8,3	x	x	-14,5	27,7
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	16,2
45 - 89 anos	v. h. (%)	x	x	x	x	x	x	5,1
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	2,2	6,3	-8,1	15,7	12,3	-5,5	7,3
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-16,9	-10,1	-17,0	-19,0	-6,9	-14,1	16,1
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-14,6	-10,2	-13,1	-12,3	0,3	-13,2	19,5
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-13,1	-2,3	-21,1	-20,0	-11,9	-12,4	5,9

x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem na Região Centro fixou-se nos 1.291 euros, resultado de um crescimento homólogo real de 3,1%. Esta evolução do salário médio líquido mensal deu continuidade à tendência de crescimento observada há mais de dois anos consecutivos, embora a um ritmo mais moderado. Todavia, o salário médio regional permaneceu abaixo do salário médio nacional (1.348 euros).

Quadro 5 – Salários		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1 348	1 333	1 314	1 298	1 264	1 282	1 185
	v. h. real (%)	3,3	4,3	4,8	6,0	4,9	5,7	7,5
Centro	€	1 291	1 287	1 255	1 258	1 212	1 228	1 125
	v. h. real (%)	3,1	6,3	5,4	7,4	5,5	6,7	7,8

DESEMPREGO REGISTRADO

-6,2%

foi a variação
homóloga dos
desempregados
registados nos centros
de emprego da Região
Centro

82

colocações realizadas,
em média, por dia,
pelos centros de
emprego da região,
mais 4 do que no
trimestre homólogo

No segundo trimestre de 2026, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro diminuíram face ao mesmo período do ano anterior, prosseguindo a tendência de decréscimo dos trimestres anteriores. Os novos desempregados registaram uma variação homóloga negativa pelo quinto trimestre consecutivo. Por seu lado, as colocações realizadas pelo IEFP aumentaram relativamente ao período homólogo, revertendo a diminuição observada no trimestre anterior.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, cerca de 53 mil desempregados, refletindo uma diminuição homóloga de 6,2%. Esta contração do número de desempregados na região prosseguiu a tendência de decréscimo observado nos quatro trimestres anteriores, que havia invertido dois anos de aumentos homólogos sucessivos.

Para tal, contribuiu a diminuição homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-10,1%), que prosseguiu o comportamento negativo dos quatro períodos precedentes. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 255 novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região, aproximadamente menos 29 do que no trimestre homólogo de 2025.

As colocações efetuadas pelo IEFP na região registaram, no segundo trimestre de 2026, um aumento homólogo de 5,3%, revertendo a diminuição observada no trimestre anterior. Em termos médios, ocorreram cerca de 82 colocações por dia na região (mais 4 do que em igual trimestre de 2025).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	53,0	56,5	55,2	56,5	56,5	57,4	58,6
	v. h. (%)	-6,2	-8,1	-6,1	-2,9	-2,6	-2,0	5,3
Novos desempregados**	milhares	23,0	29,9	29,5	29,5	25,6	29,6	30,7
	v. h. (%)	-10,1	-11,1	-7,4	-5,8	-7,1	-3,7	3,9
Colocações do IEFP**	milhares	7,4	7,3	6,4	7,9	7,0	7,3	6,5
	v. h. (%)	5,3	-6,4	19,9	8,0	10,2	11,9	-14,6

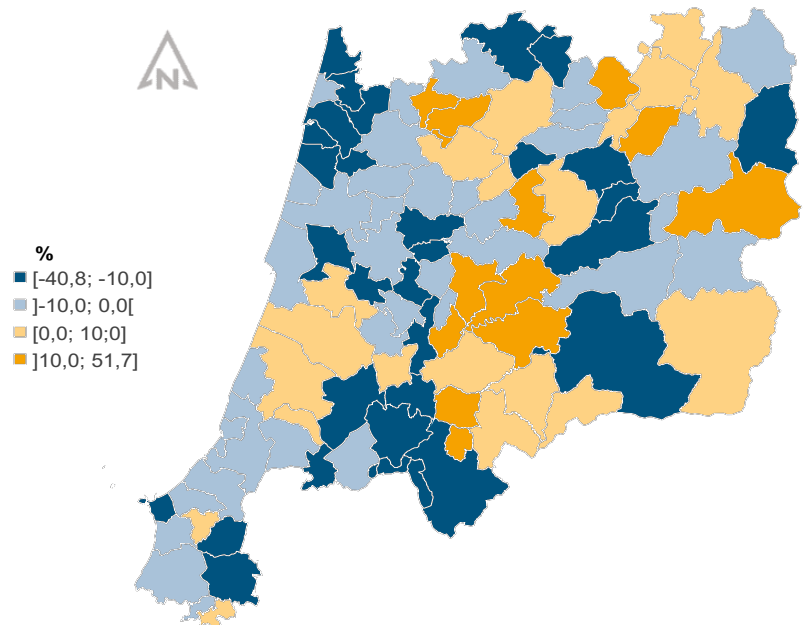
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que, em 68 dos 100 municípios da região, o desemprego diminuiu face a igual período do ano anterior, destacando-se, com os decréscimos mais significativos, Ferreira do Zêzere (-40,8%), Manteigas (-27,1%), Entroncamento (-25,4%), Condeixa-a-Nova (-24,1%) e Vila Nova de Poiares (-23,2%). Em 30 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com os acréscimos homólogos mais significativos, Vila de Rei (51,7%), Oleiros (27,5%) e Vouzela (23,4%). Pinhel e Fornos de Algodres foram os únicos municípios da Região Centro onde o desemprego registado não variou face ao segundo trimestre de 2025.

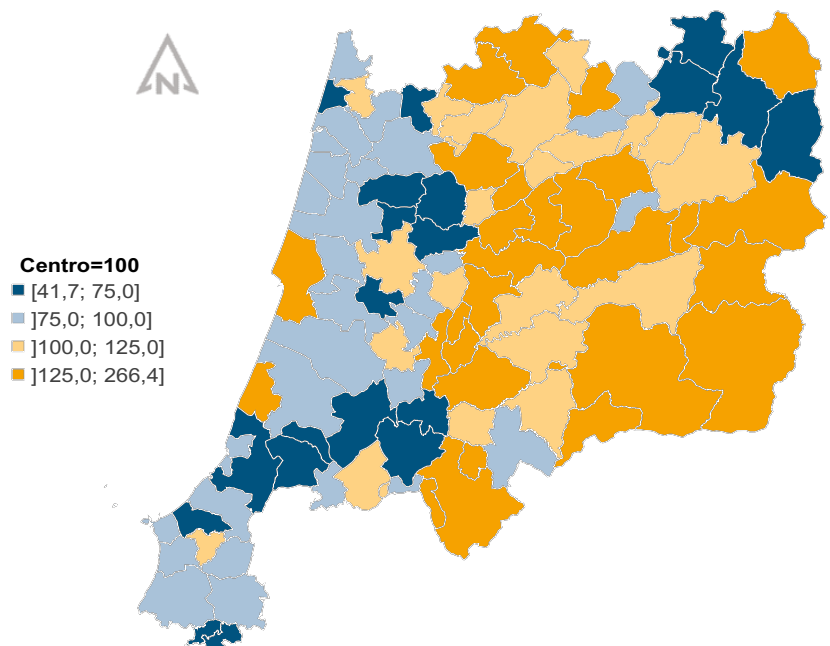
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}]} * 100$, sendo determinado município e $_{RC}$ a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2025.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 49 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100, e Penalva do Castelo igualava a média regional. O município mais bem posicionado era Ferreira do Zêzere (41,7), com menos de metade do desemprego registado da média regional. Dos 50 municípios com índices superiores à média regional, manteve-se em destaque o município de Idanha-a-Nova (266,4), com mais do dobro da referida média.

Variação homóloga do desemprego registado por município no segundo trimestre de 2026



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2026¹⁵



EMPRESAS

-3,5%

foi a diminuição
homóloga das ações
de insolvência de
empresas na região

4,9%

foi o aumento
homólogo real
dos empréstimos
concedidos a
empresas na região

¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

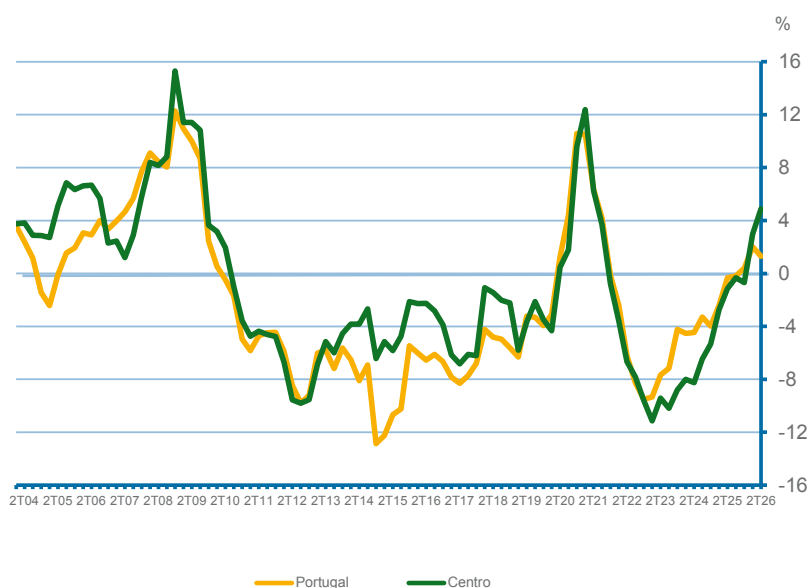
No segundo trimestre de 2026, na região, registou-se uma diminuição homóloga nas ações de insolvência de empresas, por contraste com o país, onde se verificou um aumento significativo. Por outro lado, assistiu-se a um aumento das empresas constituídas na região, invertendo a quebra registada no trimestre anterior. Os empréstimos concedidos às empresas aumentaram na região, reforçando a trajetória do trimestre anterior. Também o peso regional dos empréstimos vencidos no total dos concedidos aumentou, ainda que ligeiramente, face ao mesmo trimestre do ano de 2025.

Na região foram constituídas 2.183 novas empresas, neste trimestre, o que se traduziu num aumento de 2,0% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional superou o crescimento observado no país (de 0,5%) e retomou a trajetória positiva observada há mais de dois anos consecutivos e que tinha sido interrompida no trimestre anterior. Em termos médios, foram criadas cerca de 24 novas empresas, por dia, na região, contribuindo para as 144 constituídas, diariamente, no país.

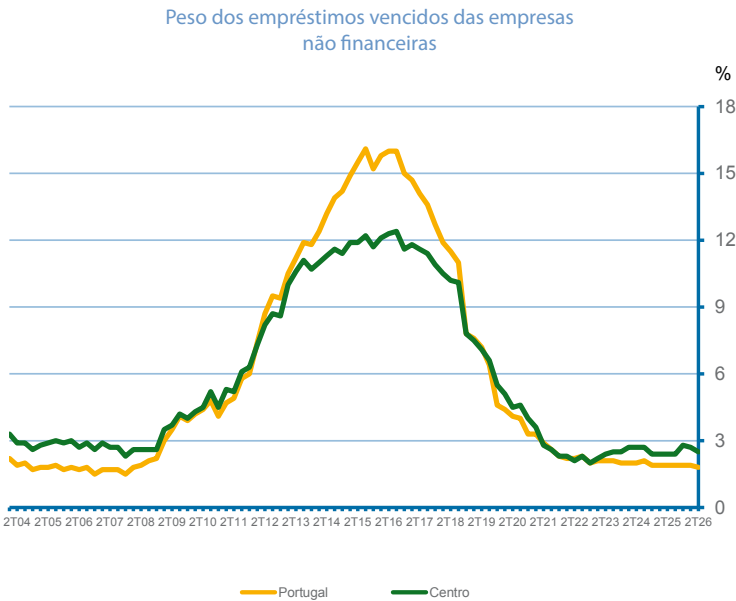
As ações de insolvência¹⁶ de empresas, por seu lado, diminuíram 3,5% face a igual período do ano anterior, por contraste com o aumento significativo de 10,7% a nível nacional. Esta evolução regional das ações de insolvência prosseguiu as variações negativas registadas nos períodos homólogo e anterior, embora tenha existido um abrandamento muito significativo. Em Portugal, ocorreram cerca de 12 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a empresas não financeiras aumentaram em termos homólogos, no segundo trimestre de 2026, registando um acréscimo real de 4,9% na região. Este crescimento regional superou a média nacional de 1,3%, reforçando o crescimento verificado no trimestre anterior, que tinha invertido mais de quatro anos de quebras homólogas reais consecutivas.

Empréstimos concedidos a empresas não financeiras
(variação homóloga real)



Neste trimestre, na região, o incumprimento das empresas em termos de crédito bancário, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às empresas não financeiras, aumentou ligeiramente face ao trimestre homólogo, tendo-se fixado nos 2,5%, evidenciando, no entanto, uma diminuição face ao trimestre anterior. Este peso regional também foi superior à média nacional de 1,8%, que também se reduziu face ao trimestre anterior, após se ter mantido inalterada desde o quarto trimestre de 2024.



Quadro 7 – Empresas		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	12 934	15 468	12 536	12 492	12 875	13 328	12 738
	v. h. (%)	0,5	0,4	5,8	8,9	2,5	4,6	1,7
Centro	número	2 183	2 563	2 031	1 953	2 141	2 178	2 002
	v. h. (%)	2,0	-1,0	7,9	9,7	10,5	8,8	7,2
Empréstimos concedidos a empresas não financeiras*								
Portugal	milhões €	77 549	75 739	74 074	74 181	74 133	73 749	72 525
	v. h. real (%)	1,3	2,0	0,4	-0,2	-0,3	-0,6	-4,1
Centro	milhões €	13 820	13 323	12 662	12 798	12 757	12 717	12 581
	v. h. real (%)	4,9	3,0	-0,7	-0,3	-1,1	-1,2	-7,0
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*								
Portugal	%	1,8	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0
Centro	%	2,5	2,7	2,8	2,4	2,4	2,5	2,6
Ações de insolvência								
Portugal	número	1 105	1 127	1048	853	998	998	994
	v. h. (%)	10,7	3,0	2,4	7,4	-11,0	0,5	-3,4
Centro	número	164	174	208	130	170	177	171
	v. h. (%)	-3,5	-13,4	19,5	-4,4	-20,6	3,5	-9,3

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

4,6%

foi a variação
homóloga real das
saídas de bens da
região

0,4%

foi a variação
homóloga real das
entradas de bens na
região

No segundo trimestre de 2026, o comércio internacional de bens evoluiu positivamente na região, decorrente do crescimento homólogo real das saídas e das entradas de bens. A variação regional das saídas reflete o contributo positivo tanto do mercado intracomunitário, como do extracomunitário. Já a variação regional positiva das entradas de bens foi explicada pelo crescimento do mercado intracomunitário, uma vez que o mercado extracomunitário evoluiu negativamente. A nível nacional assistiu-se também a um aumento das saídas e das entradas de bens.

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2021).

As saídas de bens da Região Centro observaram, neste trimestre, um aumento homólogo real¹⁷ de 4,6%, mantendo a tendência positiva observada há mais de um ano, sendo, ainda assim, inferior ao aumento das saídas a nível nacional (de 5,5%). Para esta evolução ocorrida na região contribuíram tanto o mercado intracomunitário (0,5%), como o extracomunitário, destacando-se mais significativamente o crescimento deste último (17,7%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	21 804,6	19 553,2	19 145,8	19 170,2	19 769,0	19 741,9	19 723,8
	v. h. real (%)	5,5	-4,8	-1,5	0,6	-0,7	1,5	3,2
Intracomunitárias	milhões €	15 645,7	14 256,0	13 904,6	13 632,6	14 238,5	14 237,3	14 000,9
	v. h. real (%)	5,1	-4,5	1,0	0,5	0,5	3,1	4,5
Extracomunitárias	milhões €	6 158,8	5 297,2	5 241,2	5 537,6	5 530,5	5 504,6	5 722,9
	v. h. real (%)	6,5	-5,6	-7,5	1,1	-3,8	-2,5	0,3
Centro	milhões €	4 148,5	3 761,3	3 757,6	3 508,4	3 793,6	3 712,7	3 697,0
	v. h. real (%)	4,6	0,9	1,4	0,1	0,7	1,8	-0,4
Intracomunitárias	milhões €	3 037,9	2 824,5	2 731,8	2 654,8	2 890,9	2 782,9	2 770,0
	v. h. real (%)	0,5	0,6	0,0	1,0	0,9	1,9	-1,8
Extracomunitárias	milhões €	1 110,6	936,7	1 025,8	853,6	902,7	929,8	927,0
	v. h. real (%)	17,7	1,6	5,1	-2,7	-0,1	1,7	4,0
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	31 245,9	28 379,7	27 382,3	28 616,2	28 745,2	28 018,3	26 810,9
	v. h. real (%)	2,2	6,7	-0,2	8,9	9,8	6,4	6,0
Intracomunitárias	milhões €	22 952,4	21 879,9	21 602,8	21 608,8	21 886,0	21 464,1	19 969,1
	v. h. real (%)	-1,4	8,3	3,9	12,4	14,3	9,4	5,9
Extracomunitárias	milhões €	8 293,5	6 499,8	5 779,5	7 007,4	6 859,2	6 554,1	6 841,8
	v. h. real (%)	13,7	1,6	-13,3	-0,6	-2,6	-2,5	6,3
Centro	milhões €	3 968,2	3 521,8	3 488,4	3 433,0	3 715,7	3 532,2	3 437,1
	v. h. real (%)	0,4	3,6	0,8	4,4	6,1	4,6	3,0
Intracomunitárias	milhões €	3 108,0	2 722,9	2 728,4	2 585,5	2 830,3	2 714,4	2 626,6
	v. h. real (%)	3,3	3,1	3,2	4,1	5,3	5,2	0,7
Extracomunitárias	milhões €	860,2	798,8	760,0	847,5	885,4	817,7	810,5
	v. h. real (%)	-8,6	5,5	-6,9	5,3	8,9	2,7	11,5

* Os valores de 2026 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2021. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 92% e 89% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto cerca de 80% e 84% do total das saídas e das entradas de bens na região.

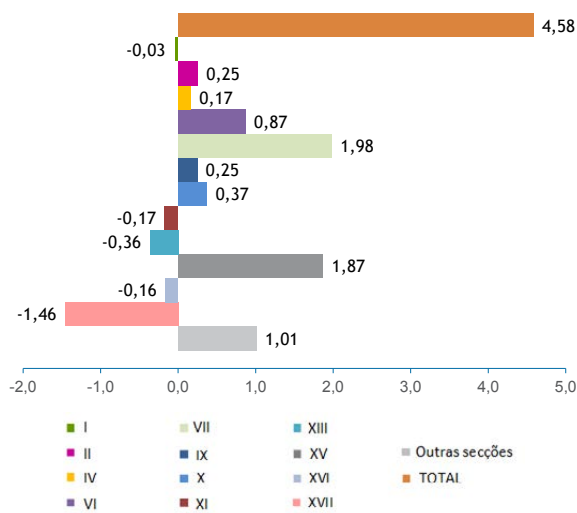
²⁰ Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário. Neste âmbito, é ainda de referir que os valores do Reino Unido deixaram de incluir a Irlanda do Norte

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as 12 secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, sete destas secções tiveram uma evolução positiva, destacando-se, com um contributo conjunto de 3,85 pontos percentuais, as secções VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” e XV “metais comuns e suas obras”. As restantes cinco secções contrariaram este comportamento regional, salientando-se, com o contributo negativo mais expressivo, a secção XVII “material de transporte” (-1,46 pontos percentuais).

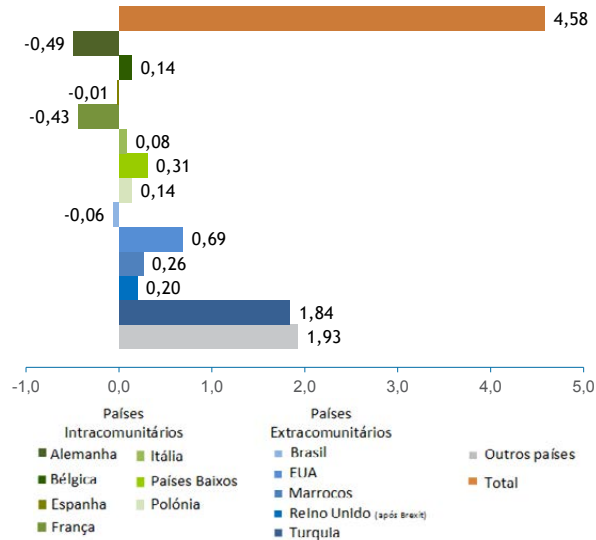
Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constatou-se que quatro dos países analisados no mercado intracomunitário e quatro dos países extracomunitários contribuíram para a variação homóloga real positiva registada no trimestre. Assim, no mercado intracomunitário, destacam-se os Países Baixos com um contributo de 0,31 pontos percentuais, enquanto no mercado extracomunitário, sobressaem a Turquia e os Estados Unidos da América (EUA) que, em conjunto, justificaram em 2,53 pontos percentuais a variação regional das saídas de bens. Apenas três países intracomunitários tiveram uma evolução regional negativa: a Alemanha, a França e a Espanha (com contributos de -0,49 pontos percentuais, de -0,43 pontos percentuais e -0,01 pontos percentuais, respetivamente).

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no segundo trimestre de 2026 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁸



Contributos dos países^{19 20}



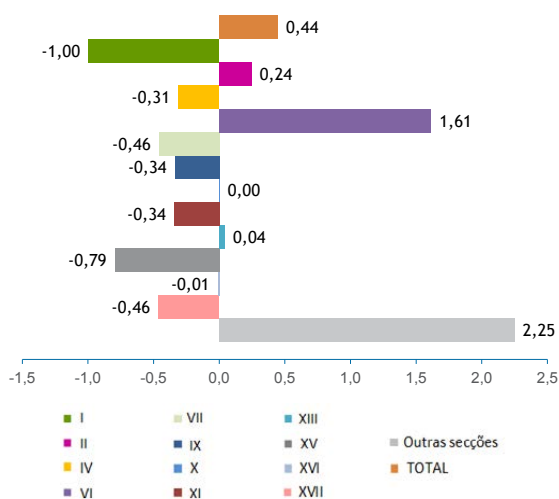
As entradas de bens na Região Centro registaram, face a igual período do ano anterior, um crescimento real de 0,4%, abaixo da evolução nacional (de 2,2%), mas mantendo a tendência regional positiva observada durante dois anos consecutivos. Esta evolução foi explicada pelo acréscimo homólogo das entradas oriundas dos países da União Europeia (3,3%), tendo, no entanto, sido contrariada pela diminuição significativa das entradas provenientes do mercado extracomunitário (-8,6%).

No que respeita às entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que, neste trimestre, três destes grupos de produtos contribuíram positivamente para a variação homóloga real positiva das entradas de bens: secções VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (1,61 pontos percentuais), II “produtos do reino vegetal” (0,24 pontos percentuais) e XIII “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (0,04 pontos percentuais). A secção X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e resíduos); papel e suas obras” apresentou um contributo nulo para a variação regional das entradas de bens. As restantes oito secções analisadas tiveram um contributo negativo, destacando-se, com as contribuições mais expressivas, as secções I “animais vivos e produtos do reino animal” (-1,00 ponto percentual), XV “metais comuns e suas obras” (-0,79 pontos percentuais), e XVII “material de transporte” (-0,46 pontos percentuais).

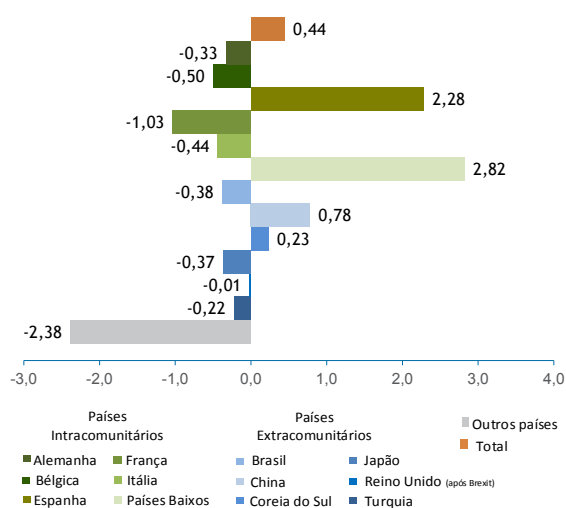
Relativamente às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que foram os Países Baixos e a Espanha, no mercado intracomunitário, e a China e a Coreia do Sul, no mercado extracomunitário, que justificaram a variação regional positiva das entradas de bens. Estes quatro países, em conjunto, contribuíram em 6,11 pontos percentuais para a variação total. Com uma evolução regional negativa surgem oito dos 12 países analisados, destacando-se a França com um contributo de -1,03 pontos percentuais.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no segundo trimestre de 2026 (%)

Contributos das secções da
Nomenclatura Combinada¹⁸



Contributos dos países^{19 20}



TURISMO

2,2 milhões*de dormidas em
estabelecimentos de
alojamento turístico
da região***143,7
milhões de euros***foram os
proveitos desses
estabelecimentos*

²¹ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

No segundo trimestre de 2026, os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico diminuíram na região em termos homólogos, contrariando a tendência nacional, mas prosseguindo a tendência de decréscimo que se tinha verificado no trimestre anterior. Já a estada média na região manteve-se inalterada face a igual período do ano anterior.

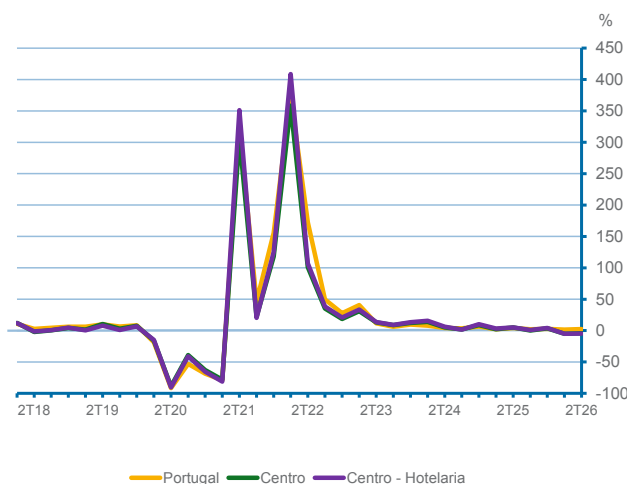
Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²¹ da Região Centro acolheram 1,3 milhões de hóspedes, traduzindo uma diminuição homóloga de 4,1%, que contrariou o crescimento homólogo nacional de 2,3%. Este decréscimo deu continuidade à quebra registada no trimestre anterior, contrariando a tendência de crescimento observada nos últimos quatro anos. Se considerarmos apenas a hotelaria (excluindo, assim, o turismo no espaço rural, de habitação e o alojamento local), o decréscimo dos hóspedes, na região, foi ligeiramente mais acentuado (-4,7%), prosseguindo a trajetória negativa que se tinha verificado no primeiro trimestre de 2026.

As dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região atingiram os 2,2 milhões, registando também uma diminuição face ao período homólogo (-4,2%), ao contrário da média nacional que aumentou (1,2%). Este decréscimo das dormidas regionais reforçou a diminuição registada no primeiro trimestre de 2026, contrariando a tendência de crescimento verificada nos três trimestres anteriores.

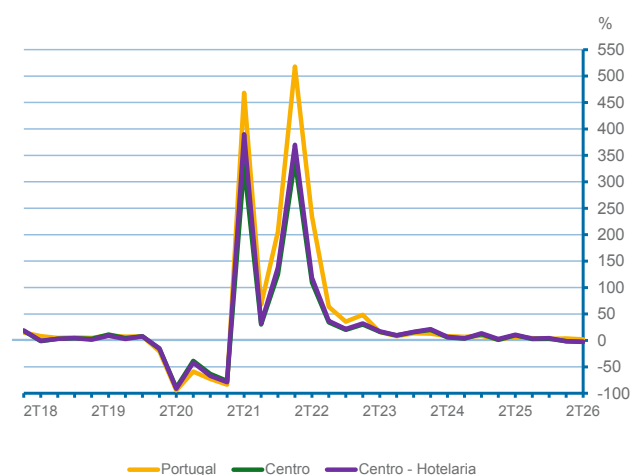
Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico também registaram uma diminuição homóloga real na região (-2,8%), ao contrário do que se verificou no país, onde ocorreu um aumento de 1,9%. Esta variação dos proveitos prosseguiu a variação negativa registada no trimestre anterior, contrariando a sucessão de aumentos que se observaram nos últimos cinco anos. Para a evolução regional dos proveitos que, neste trimestre, se cifraram nos 143,7 milhões de euros, contribuiu a diminuição homóloga real dos proveitos de aposento (-3,5%). Estes proveitos representavam, neste trimestre, cerca de 73,4% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média na Região Centro foi de 1,7 noites, mantendo-se inalterada face ao trimestre homólogo, mas crescendo ligeiramente face ao trimestre anterior (em que a estada média foi de 1,6 noites). Em Portugal, a estada média manteve-se, também, inalterada face ao período homólogo, fixando-se nas 2,5 noites, crescendo ligeiramente face ao trimestre anterior (em que a estada média foi de 2,4 noites).

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de
alojamento turístico (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo	2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
						média trimestral	

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	milhares	9 368	5 770	7 182	10 460	9 156	8 119	7 897
	v. h. (%)	2,3	1,6	2,6	2,1	4,2	2,8	5,2
Centro	milhares	1 254	822	1 120	1 550	1 308	1 211	1 181
	v. h. (%)	-4,1	-5,1	3,7	0,2	4,9	2,6	6,3
Hotelaria	milhares	968	657	897	1 160	1 015	941	911
	v. h. (%)	-4,7	-5,1	4,1	1,1	5,0	3,3	7,2

Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	milhares	23 279	13 571	17 010	28 622	22 999	20 503	20 089
	v. h. (%)	1,2	1,4	1,7	2,0	4,1	2,1	4,1
Centro	milhares	2 151	1 344	1 836	3 008	2 246	2 121	2 092
	v. h. (%)	-4,2	-3,6	1,2	0,5	5,2	1,4	5,4
Hotelaria	milhares	1 627	1 050	1 444	2 198	1 710	1 611	1 579
	v. h. (%)	-4,9	-3,7	1,9	1,1	5,2	2,0	6,6

Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	milhares €	2 142 023	1 006 251	1 414 625	2 731 786	2 036 359	1 783 292	1 668 638
	v. h. real (%)	1,9	3,6	2,9	4,4	6,8	4,4	8,3
Centro	milhares €	143 698	87 147	121 505	198 667	143 162	137 418	128 815
	v. h. real (%)	-2,8	-1,3	3,1	2,6	9,8	4,2	8,3
Hotelaria	milhares	115 778	72 063	100 925	154 002	115 414	110 486	102 423
	v. h. real (%)	-2,9	-1,6	4,3	3,4	10,9	5,4	9,3

Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico

Portugal	n.º noites	2,5	2,4	2,4	2,7	2,5	2,5	2,5
Centro	n.º noites	1,7	1,6	1,6	1,9	1,7	1,8	1,8

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre.
Os valores de 2026 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

7,8%

foi o crescimento
homólogo dos
edifícios concluídos
na região

-23,8%

foi a diminuição
homóloga real
regional dos
empréstimos à
habitação vencidos,
em queda há mais
de nove anos
consecutivos

No segundo trimestre de 2026, o setor da construção regional apresentou uma evolução homóloga positiva das obras concluídas, enquanto o licenciamento evoluiu negativamente, com exceção dos novos fogos para habitação familiar. A nível nacional, os indicadores das obras concluídas e do licenciamento de edifícios evoluíram negativamente; no entanto, aumentou o licenciamento e a conclusão dos novos fogos para habitação familiar. Relativamente à evolução dos empréstimos à habitação em termos homólogos reais, o crédito concedido para habitação continuou a crescer, enquanto os empréstimos vencidos registaram uma nova quebra muito significativa.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.906 edifícios, o que correspondeu a uma diminuição homóloga de 2,2%. Esta variação regional acompanhou a tendência nacional (que registou uma quebra de 7,8%) e prosseguiu o comportamento negativo verificado nos dois trimestres anteriores (embora de forma menos acentuada). O licenciamento de construções novas diminuiu 4,0% face a igual trimestre do ano anterior, prossequindo o decréscimo verificado nos dois períodos anteriores, que tinha infletido a tendência de aumento observada desde meados de 2024. Ainda assim, o licenciamento de novos fogos para habitação familiar observou uma variação homóloga positiva de 3,7%, retomando a tendência de crescimento que se registava também desde o segundo trimestre de 2024 e que tinha sido interrompida apenas no trimestre anterior.

Os edifícios concluídos aumentaram 7,8%, na região, face a igual período do ano anterior, ao contrário da média nacional, que diminuiu 4,2%. Esta variação nos edifícios concluídos inverteu o comportamento negativo verificado no trimestre precedente e homólogo. Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (8,7%). Os novos fogos concluídos para habitação familiar registaram um crescimento de 4,1%, em termos homólogos, invertendo a forte quebra observada no trimestre anterior, que tinha contrariado a tendência positiva que se verificava há mais de dois anos consecutivos (com exceção do quarto trimestre de 2024).

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no segundo trimestre de 2026, aumentaram, em termos homólogos reais, 6,2% na região e 7,4% no país. Os empréstimos à habitação vencidos na região diminuíram significativamente face a igual período do ano anterior (-23,8%), acompanhando a evolução nacional (-18,8%) e acentuando a trajetória de quebra verificada há mais de nove anos sucessivos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação cifrou-se em 0,2%, igualando o valor dos quatro trimestres anteriores e da média nacional. Este peso regional continuou a ser o mais baixo dos últimos 17 anos (que, em 2016, chegou a atingir os 2,6%).

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	6 118	6 542	5 904	6 429	6 632	6 557	6 464
	v. h. (%)	-7,8	-9,9	-14,6	-4,1	5,5	1,4	7,8
Centro	número	1 906	1 827	1 752	1 889	1 948	1 917	1 768
	v. h. (%)	-2,2	-12,0	-5,5	4,7	9,0	8,4	8,7
Construções novas	número	1 468	1 400	1 362	1 445	1 529	1 486	1 357
	v. h. (%)	-4,0	-12,9	-5,0	3,5	9,6	9,5	11,9
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	3,7	-12,1	10,0	23,8	42,7	15,5
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	3 878	3 943	4 309	4 371	4 047	4 241	4 373
	v. h. (%)	-4,2	-6,9	0,1	3,3	-11,3	-3,0	3,1
Centro	número	1 156	1 096	1 257	1 206	1 072	1 171	1 158
	v. h. (%)	7,8	-4,4	10,1	9,8	-13,7	1,1	-0,4
Construções novas	número	945	926	1 028	1019	869	966	968
	v. h. (%)	8,7	-2,4	9,6	11,4	-16,3	-0,2	2,0
Novos fogos para habitação familiar		v. h. (%)	4,1	-17,3	9,2	10,7	12,6	10,3
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	7,4	7,6	7,1	5,6	4,4	5,1	-1,3
Centro	v. h. real (%)	6,2	6,6	6,4	4,7	3,5	4,2	-2,1
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-18,8	-21,0	-18,2	-15,2	-7,5	-10,6	-6,2
Centro	v. h. real (%)	-23,8	-22,4	-17,4	-18,5	-11,5	-14,0	-10,4

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2024, 2025 e 2026 baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

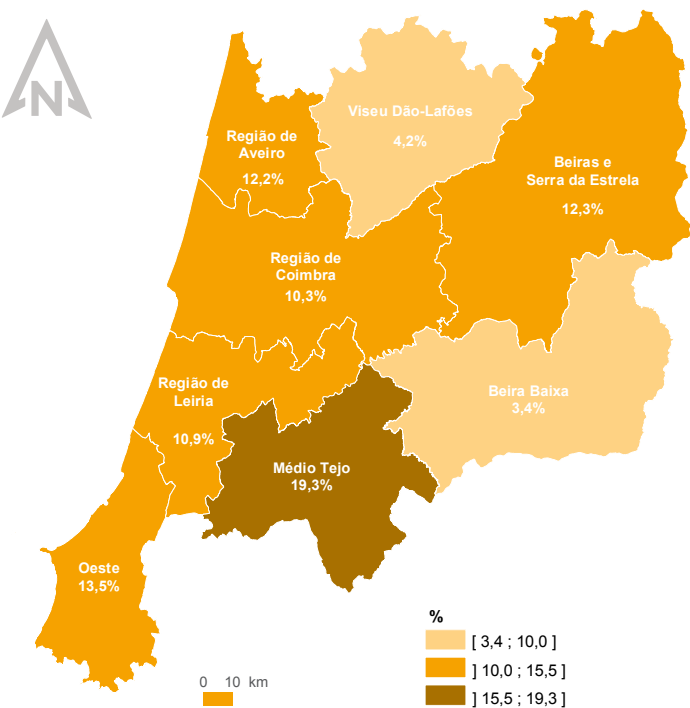
²² Esta análise refere-se apenas às oito sub-regiões do Centro, dado que, a partir do quarto trimestre de 2023, deixaram de ser apurados, pelo INE, os valores da avaliação bancária da habitação para o total da Região Centro a 100 municípios. Recorda-se que esta série foi descontinuada, passando apenas a ser divulgada informação na nova geografia, em vigor desde 01/01/2024, em que a Região Centro é composta por 77 municípios.

²³ Os valores apresentados para a Beira Baixa incluem os municípios da Sertã e de Vila de Rei que, na edição n.º 60 do boletim e anteriores, estavam integrados no Médio Tejo.

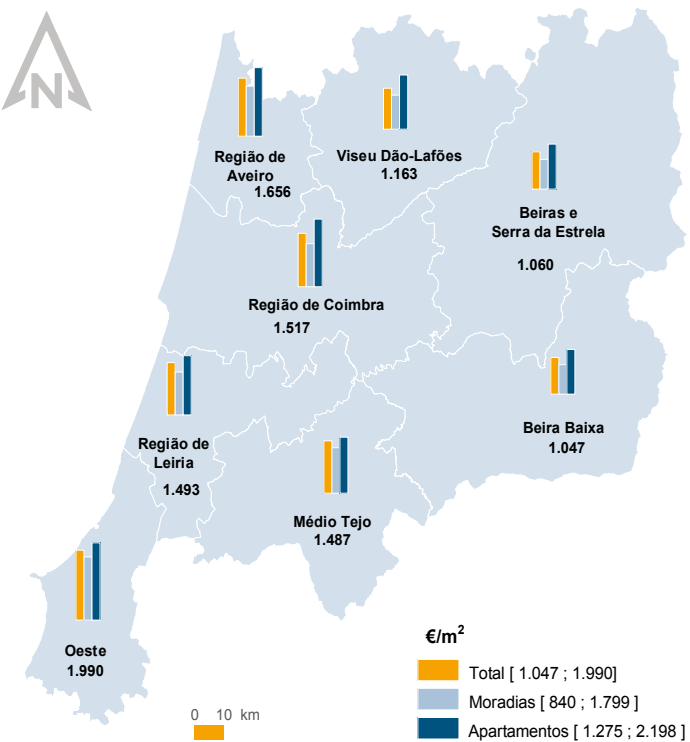
Na Região Centro²², no segundo trimestre de 2026, o valor da avaliação bancária continuou a aumentar em termos homólogos reais em todas as oito sub-regiões, o que já sucede há mais de um ano consecutivo. Neste trimestre, apenas duas sub-regiões²³ do Centro observaram acréscimos iguais ou superiores à média nacional (de 12,9%): o Médio Tejo (19,3%) e o Oeste (13,5%). A sub-região Beira Baixa foi a que registou o acréscimo menos significativo (3,4%), seguindo-se Viseu Dão Lafões (4,2%).

Considerando as duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos), o Oeste manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária mais elevada em termos médios globais (1.990€/m²), evidenciando também a valorização mais alta nos apartamentos (2.198€/m²) e nas moradias (1.799€/m²). Em contraste, a Beira Baixa registava a menor valorização global da habitação (1.047€/m²), assim como nos apartamentos (1.275€/m²) e nas moradias (840€/m²). O Médio Tejo apresentava o menor diferencial entre a avaliação bancária dos apartamentos e das moradias, 298€/m², por oposição à Região de Coimbra, onde esta diferença era de 698€/m².

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2026



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2026



PREÇOS

3,6%

foi a taxa de inflação
homóloga regional no
trimestre

No segundo trimestre de 2026, o Índice de Preços no Consumidor acelerou na Região Centro face ao trimestre homólogo e aos trimestres anteriores, superando o registo nacional.

²⁴ A análise regional do IPC incide sobre a nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS 2024), em vigor desde 01/01/2024, em que a Região Centro é composta por 77 municípios. Esta alteração resulta do facto do INE ter deixado de apurar os índices regionais do IPC para a desagregação geográfica NUTS 2013, em que a Região Centro é constituída por 100 municípios, tendo essa série sido descontinuada. Deste modo, a configuração da Região Centro utilizada neste capítulo é distinta da dos restantes capítulos desta publicação.

O nível médio de preços na Região Centro²⁴, avaliado pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um crescimento de 3,6%, em termos homólogos, no segundo trimestre de 2026. Esta evolução prosseguiu a tendência de aumentos homólogos sucessivos registada há mais de cinco anos, tendo acelerado face ao trimestre homólogo (1,6%) e aos trimestres anteriores. A variação positiva do IPC na região superou o comportamento nacional dos preços, que cresceram 3,3% e aceleraram também face aos valores observados nos períodos anteriores e homólogo (2,2%).

Na região, 11 das 13 classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se, com os acréscimos mais expressivos, os “transportes” (7,7%), os “restaurantes e serviços de alojamento” (5,4%) e os “serviços de higiene e cuidados pessoais, proteção social e bens e serviços diversos” (4,4%). Apenas duas classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: a “informação e comunicação” (-2,6%) e o “lazer, recreação, desporto e cultura” (-0,6%).

Quadro 11 – Preços		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	3,3	2,2	2,2	2,6	2,2	2,3	2,4
Centro	v. h. (%)	3,6	2,2	2,0	2,1	1,6	1,9	2,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	3,9	3,5	3,6	3,8	2,2	2,8	2,2
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	v. h. (%)	4,3	2,9	1,9	2,0	0,9	2,0	3,1
Vestuário e calçado	v. h. (%)	0,1	-2,4	-2,3	-3,0	-3,6	-2,6	-1,8
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	3,3	2,2	0,9	1,6	3,2	2,2	6,9
Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	1,6	0,6	-0,2	-0,3	-0,7	-0,6	-1,9
Saúde	v. h. (%)	3,1	2,7	2,8	2,9	2,5	2,7	3,0
Transportes	v. h. (%)	7,7	1,2	0,9	0,7	0,1	0,7	1,2
Informação e comunicação	v. h. (%)	-2,6	-2,6	-3,8	-1,9	-1,5	-1,5	4,6
Lazer, recreação, desporto e cultura	v. h. (%)	-0,6	0,7	2,6	4,6	5,8	4,1	1,9
Serviços de educação	v. h. (%)	2,3	2,4	2,2	3,4	3,5	3,1	3,3
Restaurantes e serviços de alojamento	v. h. (%)	5,4	5,2	5,4	5,4	4,8	5,1	5,0
Serviços financeiros e de seguros	v. h. (%)	2,8	1,9	2,7	3,5	3,7	3,4	3,1
Serviços de higiene e cuidados pessoais, proteção social e bens e serviços diversos	v. h. (%)	4,4	4,0	3,5	0,7	0,4	1,3	-0,9

CONSUMO PRIVADO

4,9%

*foi a variação
homóloga real
dos empréstimos
concedidos para
consumo na região*

6,1%

*foi a variação
homóloga real
das compras em
terminais de
pagamento
automático na região*

Na Região Centro e em Portugal, as compras em terminais de pagamento automático e a concessão de empréstimos para consumo aumentaram face a igual período do ano anterior, tendo os restantes indicadores representativos do consumo privado evoluído desfavoravelmente.

No segundo trimestre de 2026, as entradas intracomunitárias de bens de consumo registaram, na região, um decréscimo homólogo real de 1,1%, ainda assim, menos acentuado do que o registado a nível nacional (-2,4%). Esta diminuição regional das importações de bens de consumo contrariou o comportamento positivo observado nos períodos homólogo e anteriores.

As receitas de cinema diminuíram fortemente, em termos homólogos reais, na região Centro (-17,0%) e também em Portugal (-2,5%), infletindo o comportamento positivo registado no trimestre homólogo e anterior.

Os empréstimos concedidos para consumo aumentaram 4,9%, na região, em termos homólogos reais, superando ligeiramente o crescimento nacional (4,8%) e prosseguindo o comportamento positivo observado há dois anos consecutivos. Já o peso dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos superou ligeiramente o valor do período homólogo e do período anterior, fixando-se em 2,3% na região, mantendo-se, ainda assim, inferior ao do país (2,5%).

As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) registaram um aumento homólogo real de 6,1% na região, acima do acréscimo observado no país (4,5%). Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA manteve a trajetória de crescimento verificada há mais de quatro anos e foi explicada pelas compras realizadas, quer em território nacional (que aumentaram 4,3%), quer no estrangeiro, destacando-se o crescimento significativo destas últimas (de 19,5%). Já os pagamentos em caixas automáticos observaram uma quebra homóloga real na região (-0,5%) e no país (-2,3%), dando continuidade à variação negativa verificada nos dois períodos precedentes, que inverteram o crescimento observado durante um ano consecutivo. Também os levantamentos em caixas automáticos continuaram a diminuir em termos homólogos reais, o que ocorre há mais de três anos sucessivos, observando variações homólogas reais de -6,8% na região e de -8,1% no país, mais expressivas do que as observadas nos trimestres homólogo e anterior. Esta contração regional dos levantamentos foi explicada pela quebra homóloga real nos levantamentos nacionais (-6,9%) e internacionais (-6,5%).

Quadro 12 – Consumo Privado		2T26	1T26	4T25	3T25	2T25	2025	2024
							média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	-2,4	6,9	9,7	13,5	12,1	10,9	10,0
Centro	v. h. real (%)	-1,1	9,6	13,2	9,4	9,8	9,1	-0,2
Receitas de cinema**								
Portugal	milhares	18 453,4	18 778,2	16 855,4	18 803,9	18 335,1	17 705,6	18 334,5
	v. h. real (%)	-2,5	9,1	-13,8	-27,1	44,7	-5,6	-1,8
Centro	milhares	2 170,6	2 193,7	2 217,3	2 473,7	2 532,4	2 322,5	2 501,0
	v. h. real (%)	-17,0	3,8	-14,9	-35,4	54,5	-9,3	-1,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	4,8	6,0	4,7	4,2	4,3	4,1	1,3
Centro	v. h. real (%)	4,9	6,3	5,3	4,9	4,8	4,7	2,0
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	2,5	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6
Centro	%	2,3	2,2	2,1	2,2	2,2	2,2	2,2
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-8,1	-6,6	-8,8	-6,2	-6,1	-7,3	-4,4
Centro	v. h. real (%)	-6,8	-5,4	-8,3	-5,6	-4,8	-6,5	-3,2
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-2,3	-12,5	-7,6	2,7	4,8	2,0	-12,5
Centro	v. h. real (%)	-0,5	-13,3	-4,9	3,4	5,0	3,1	-8,9
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	4,5	3,7	2,9	5,1	5,7	4,7	6,5
Centro	v. h. real (%)	6,1	4,2	4,5	6,6	7,5	6,3	7,1

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2026 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2021.

** Os dados de 2026 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que procura implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a acelerar a convergência com a União Europeia e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego. Consiste num conjunto de reformas e investimentos verdadeiramente transformadores, que têm como objetivo melhorar o desenvolvimento económico e social do país de forma justa, equitativa e sustentável.

O PRR está alinhado com os seis pilares relevantes da Estratégia Europeia 2030: Transição Verde; Coesão Social e Territorial; Transformação Digital; Saúde e Resiliência; Políticas; e Pequenas e Médias Empresas (PME). Com estas premissas presentes, o plano estrutura-se em três grandes áreas de intervenção: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

O PRR tem uma estrutura de gestão centralizada na relação entre os Estados Membros e a Comissão Europeia. A nível nacional, a eficácia na execução das medidas e no alcance dos resultados influenciou um modelo de governação em dois níveis: centralizado na gestão monitorização e controlo e descentralizado na execução, através de beneficiários intermediários e beneficiários diretos. A Estrutura de Missão Recuperar Portugal está mandatada para garantir a gestão da execução, monitorização e coordenação técnica do PRR.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem uma dotação de 21,9 mil milhões de euros (distribuídos por 16.325 milhões de euros de subvenções não reembolsáveis e 5.580 milhões de euros de empréstimos) e propõe uma intervenção em três dimensões distintas: Resiliência (15,9 milhões de euros) que representa 72,6% da dotação global do PRR, Transição Climática (3,6 milhões de euros), que representa 16,4%, e Transição Digital (2,4 milhões de euros), que representa 11,0%. Estas dimensões são concretizadas através de 21 componentes e 147 medidas que, por sua vez, integram a execução de vários investimentos (117) e reformas (44). De referir que, desde a conceção e aprovação do PRR em 2021 até agora, o Plano teve várias revisões e programações (tendo a última sido aprovada pela Comissão Europeia, a 18 de maio de 2026) no sentido de o ajustar aos diferentes constrangimentos que foram surgindo durante a sua implementação (desde o novo contexto geopolítico e do mercado energético decorrente da agressão militar da Rússia à Ucrânia às tempestades ocorridas nos primeiros meses de 2026) e visando a sua plena execução.

A dimensão Resiliência está associada a um aumento da capacidade de reação e de superação face a crises eminentes e aos desafios atuais e futuros que estão associados, sendo entendida em todas as suas vertentes: resiliência social, resiliência económica e do tecido produtivo e resiliência territorial. Inclui um conjunto robusto de intervenções em áreas estratégicas, designadamente no Serviço Nacional de Saúde, na habitação, nas respostas sociais, na cultura, na capitalização e inovação empresarial, nas qualificações e competências, nas infraestruturas, na floresta e na gestão hídrica.

A dimensão Transição Climática resulta do compromisso e contributo de Portugal para as metas climáticas que permitirão o alcance da neutralidade carbónica até 2050, sendo que a descarbonização da economia e da sociedade oferece oportunidades importantes e prepara o país para realidades que configurarão fatores de competitividade num futuro próximo. Esta dimensão inclui intervenções em áreas estratégicas, como sejam o mar, a descarbonização da indústria, a bioeconomia sustentável, a eficiência energética em edifícios, o hidrogénio e energias renováveis e a mobilidade sustentável.

Na dimensão da Transição Digital estão previstas reformas e investimentos significativos nas áreas da digitalização de empresas, do Estado e no fornecimento de competências digitais na educação, saúde, cultura e gestão florestal. Assim, para assegurar a transição para uma sociedade mais digitalizada, as opções no PRR assentam nas seguintes áreas: transformação digital do setor empresarial (empresas 4.0), qualidade e sustentabilidade das finanças públicas, justiça económica e ambiente empresarial, administração pública mais eficiente e escola digital.

PRR NA REGIÃO CENTRO

4,2
mil milhões de euros
*aprovados para a
Região Centro até
30 de junho de 2026*

51,9%
*é a taxa de pagamento
na Região Centro até
30 de junho de 2026*

²⁵ O Plano de Recuperação e Resiliência tem um conjunto de projetos de implementação nacional, que implicam um montante de fundos aplicados em investimentos transversais ao país. Esses fundos não se encontram regionalizados, pelo que não são considerados nesta análise. Deste modo, apenas estão a ser considerados e monitorizados os projetos com investimentos aplicados diretamente na Região Centro.

No PRR, a 30 de junho de 2026, estavam aprovados 4.234,9 milhões de euros para aplicação na Região Centro, dos quais 4.082,7 milhões de euros estavam já contratados. Os projetos contratados totalizavam 101.577 e os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 2.117,4 milhões de euros, o que corresponde a 51,9% do valor contratado.

A 30 de junho de 2026, na Região Centro, encontravam-se aprovados 4.234,9 milhões de euros de financiamento no âmbito do PRR²⁵, correspondendo a 18,3% do total nacional e a uma média de 1.901,4 euros por habitante. O montante contratado na região ascendia a 4.082,7 milhões de euros (18,0% do total nacional), correspondendo a 101.577 projetos e a uma média de 1.833,1 euros por habitante. Os pagamentos aos beneficiários perfaziam 2.117,4 milhões de euros (16,1% do total nacional), o que corresponde a 51,9% do montante regional contratado (taxa de pagamento) e a 50,0% das aprovações para a região.

Face ao trimestre anterior, registaram-se mais 2.247 projetos contratados e um aumento de 48,0 milhões de euros no investimento aprovado. O montante contratado e os pagamentos cresceram muito significativamente, 263,5 milhões de euros e 246,3 milhões de euros, respetivamente, o que se repercutiu num aumento de 2,9 pontos percentuais na taxa de pagamento.

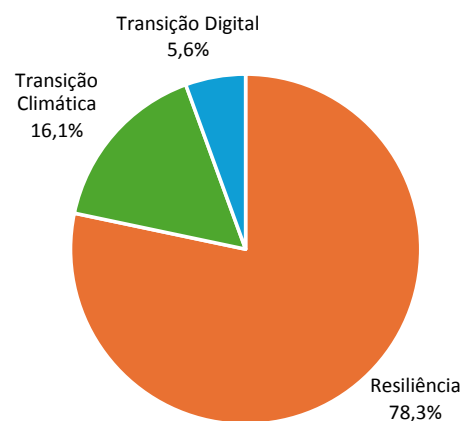
Neste segundo trimestre de 2026, o aumento líquido do investimento contratado deveu-se, sobretudo, à componente Investimento e inovação (C05) (aumento de 251,6 milhões de euros), em particular devido ao novo investimento em Inovação Empresarial (aumento de 225,5 milhões de euros, decorrente das alterações ao PRR), mas também à componente Serviço Nacional de Saúde (C01), em particular aos investimentos relativos à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos (aumento de 20,1 milhões de euros). Não obstante o aumento dos montantes contratados em algumas componentes, noutras ocorreram decréscimos importantes, visando assegurar uma execução mais eficiente e compatível com os prazos e objetivos do Plano. É disso exemplo a componente REPowerEU (C21), que apresentou uma diminuição de 11,4 milhões no segundo trimestre de 2026.

Quadro 13 - PRR na Região Centro (valores acumulados) *	Unidade	30 de junho de 2026	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	30 de setembro de 2025	31 de julho de 2025
Projetos Contratados	número	101 577	99 330	75 746	71 982	69 319
Montante Aprovado	milhões de €	4 234,9	4 186,9	3 958,2	3 829,9	3 653,4
<i>Aprovado por habitante</i>	euros	1 901,4	1 880,0	1 777,0	1 719,6	1 640,3
<i>Peso da região no total nacional</i>	%	18,3	18,2	16,9	16,7	16,4
Montante Contratado	milhões de €	4 082,7	3 819,2	3 844,9	3 693,9	3 514,5
Segundo as dimensões						
<i>Resiliência</i>	milhões de €	3 196,8	2 926,6	2 978,8	2 831,5	2 688,1
<i>Transição Climática</i>	milhões de €	659,1	666,2	649,7	664,0	634,8
<i>Transição Digital</i>	milhões de €	226,8	226,3	216,3	198,4	191,7
<i>Contratado por habitante</i>	euros	1 833,1	1 715,8	1 726,3	1 658,5	1 578,0
<i>Peso da região no total nacional</i>	%	18,0	17,7	18,3	19,0	18,8
Montante Pago	milhões de €	2 117,4	1 871,1	1 693,1	1 498,6	1 427,9
<i>Pago por habitante</i>	euros	950,7	840,0	760,2	672,9	641,1
<i>Peso da região no total nacional</i>	%	16,1	16,0	15,8	16,3	16,5
Taxa de pagamento (montante pago / montante contratado)	%	51,9	49,0	44,0	40,6	40,6

* Tratam-se apenas das operações com investimento integral na Região Centro, pelo que os apoios para a região encontram-se subavaliados.

Na Região Centro, a dimensão **Resiliência** destacava-se de uma forma muito significativa, uma vez que totalizava, até 30 de junho de 2026, um montante contratado de 3.196,8 milhões de euros (78,3% do total do PRR contratado na região), após um aumento de 270,2 milhões de euros neste trimestre. Nesta dimensão, para além do aumento do investimento contratado nas componentes da Investigação e inovação (acréscimo de 251,6 milhões de euros, decorrente da revisão do PRR) e do Serviço Nacional de Saúde (15,5 milhões de euros), ocorreram acréscimos, embora menos significativos, nas componentes das Florestas (C08) (8,7 milhões de euros) e da Habitação (C02) (1,1 milhão de euros). Não obstante estes acréscimos, a dimensão Resiliência registou, neste segundo trimestre de 2026, diminuições noutras componentes, em particular nas Respostas sociais (C03) (diminuição de 5,6 milhões de euros) e nas Qualificações e competências (C06) (diminuição de 1,7 milhões de euros).

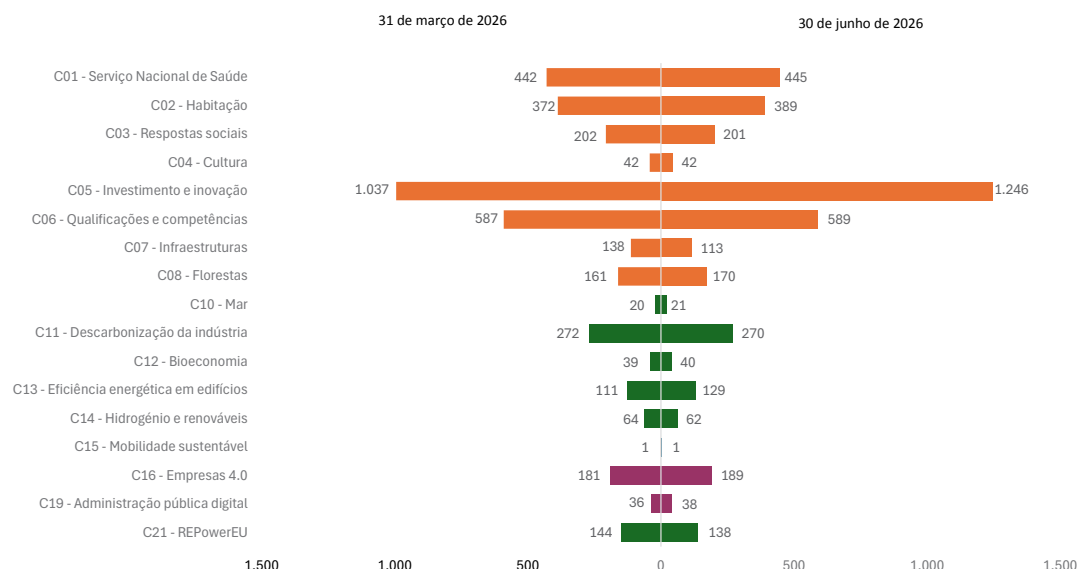
Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por dimensão
(30 de junho de 2026)



A dimensão **Transição Climática** concentrava 659,1 milhões de euros de investimento contratado (16,1% do PRR na região), um valor inferior em 7,1 milhões de euros ao registado no trimestre anterior. Embora algumas componentes tenham registado ligeiros aumentos, estes não compensaram o decréscimo da componente REPowerEU (C21) de 11,4 milhões de euros.

A dimensão **Transição Digital** totalizava 226,8 milhões de euros (5,6% do PRR na região), após um ligeiro acréscimo de 500 mil euros face ao trimestre anterior.

Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por componentes



Inserida na dimensão Resiliência, a componente do **Investimento e inovação** (C05) continuava a reunir o maior montante contratado neste segundo trimestre de 2026 (1.246,3 milhões de euros), sobretudo após ter registado um acréscimo de 251,6 milhões de euros desde março de 2026 (tendo sido a componente que, no segundo trimestre de 2026, mais cresceu na Região Centro e que decorreu da revisão do PRR, com consequente aumento financeiro nesta componente). Só esta componente representava 30,5% do total contratado na região, sendo que, em média, cada projeto financiado apresentava um investimento de 1,4 milhões de euros. Estes investimentos destinam-se a aumentar a competitividade e a resiliência da economia portuguesa com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva (incentivando o investimento produtivo em áreas estratégicas de interesse nacional e europeu). Nesta componente destacavam-se as agendas/alianças mobilizadoras e verdes para a inovação empresarial, que concentravam 18,8% do total do investimento contratado na região, totalizando um valor muito significativo de 767,9 milhões de euros (61,6% do total desta componente). As agendas/alianças mobilizadoras para a inovação empresarial têm por objetivo mobilizar e reforçar as capacidades científicas e tecnológicas da região, através do financiamento de pactos de inovação que promovem a cooperação e conduzem ao desenvolvimento de projetos inovadores e de projetos mobilizadores destinados a I&D e respetiva transformação em novos bens e serviços através de investimento público e privado. As agendas/alianças verdes para a inovação empresarial têm por objetivo aplicar os mesmos instrumentos utilizados na agenda anterior, embora especializados num conjunto limitado de agendas verdes através de consórcios entre empresas e instituições académicas, científicas e/ou tecnológicas para apoiar a inovação. De salientar também, nesta componente, o investimento em Inovação Empresarial que surge neste trimestre e se traduz em 225,5 milhões de euros contratados na Região Centro (18,1% do total desta componente). Trata-se de um novo investimento público num regime de subsídios, decorrente da revisão do PRR, e que visa apoiar o investimento empresarial em atividades inovadoras e qualificadas ou em processos de investigação e desenvolvimento, em especial inovação relacionada com a transição ecológica e digital. Segue-se, nesta componente, a capitalização de empresas e resiliência financeira, medida que pretende resolver o problema estrutural da subcapitalização das empresas através do Instrumento Financeiro para a Inovação e Competitividade, sistema de incentivos à inovação empresarial gerido pelo Banco Português de Fomento, com 138,0 milhões de euros contratados (após um acréscimo de 10,6 milhões de euros neste trimestre). Por fim, destaca-se a agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria, com 28,0 milhões de euros (2,2% do total da componente), que tem como objetivo impulsionar a investigação e a inovação com vista a uma agricultura sustentável.

Outra componente em destaque na dimensão Resiliência é a da **Qualificação e competências** (C06), que apresentava o segundo valor contratado mais elevado no Centro: 589,4 milhões de euros (14,4% do total regional). Na generalidade, os investimentos desta componente visam aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego. Os investimentos mais significativos correspondem a 49 projetos de escolas novas ou renovadas, com 241,8 milhões de euros contratados, até 30 de junho de 2026 (41,0% do total desta componente e sem acréscimo financeiro neste segundo trimestre de 2026). Destacavam-se os seguintes projetos, pelos significativos montantes: “Melhoramento do Parque Escolar - Construção da Escola EB 2.3/S Pedro Ferreiro”, no município de Ferreira do Zêzere (13,0 milhões de euros); a “Requalificação e Modernização da Escola Secundária Lima-de-Faria”, no município de Cantanhede (11,4 milhões de euros) ou, ainda, a Escola Básica Eugénio de Castro - Requalificação e Beneficiação, no município de Coimbra (9,7 milhões de euros). Também nesta componente da Qualificação e competências, destacam-se os investimentos relativos à modernização das instituições e da oferta de ensino e formação profissional, que perfazem um total de investimento contratado de 144,3 milhões de euros (após uma diminuição de 2,2 milhões de euros). Estes investimentos incluem, não apenas a instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados (99,7 milhões de euros, 16,9% do total da componente), bem como a modernização da oferta de ensino e da formação profissional (44,6 milhões de euros, 7,6% do total da componente). Para além do alargamento e modernização da rede de centros de formação profissional do serviço público de emprego (IEFP) e da rede de escolas do Turismo de Portugal, procura-se diversificar a oferta formativa, com uma formação mais relevante para o mercado e alinhada com a transformação ambiental, digital, demográfica e industrial. Destaca-se, ainda, nesta componente da Qualificação e competências, os investimentos afetos ao Compromisso emprego sustentável que perfazem 81,9 milhões de euros (13,9% do total da componente).

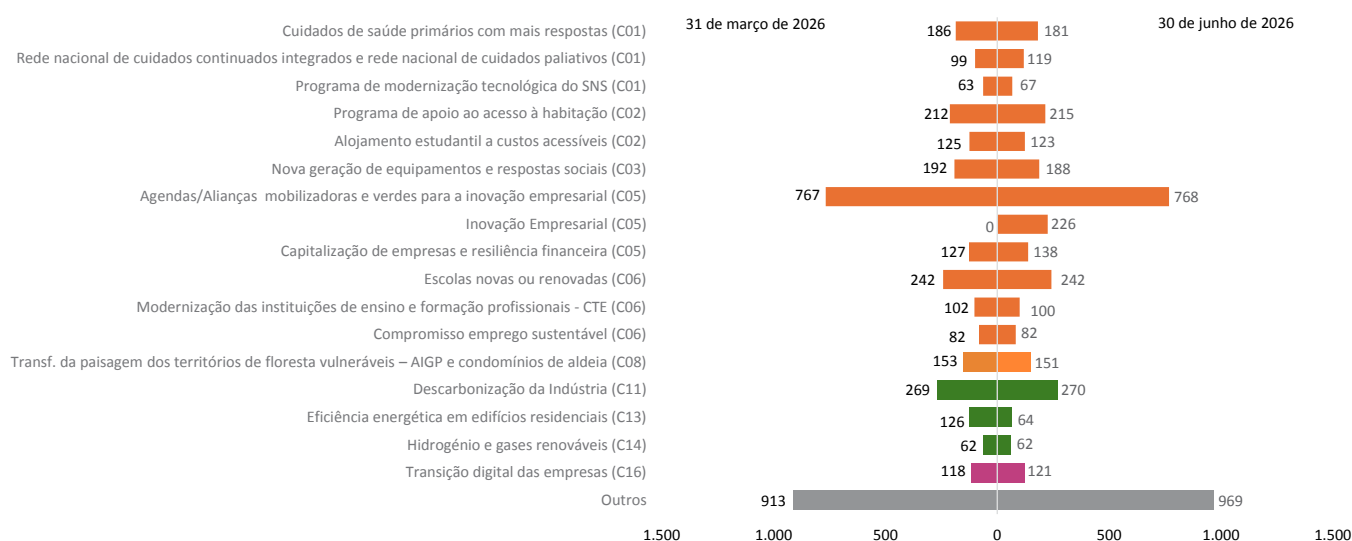
A componente do **Serviço Nacional de Saúde** (C01), também da dimensão Resiliência, evidenciava-se, na Região Centro, com um investimento contratado de 445,4 milhões de euros (10,9% do total regional), após um aumento, neste segundo trimestre de 2026, de

15,5 milhões de euros. De salientar que esta foi uma das componentes que mais cresceu na Região Centro, face ao trimestre anterior. Nesta componente, continuam a destacar-se os investimentos relativos aos Cuidados de Saúde Primários com mais respostas, pelo maior montante contratado: 181,3 milhões de euros (após uma decréscimo de 4,5 milhões de euros), distribuídos por 230 projetos contratados, dos quais se salientam, pelos montantes financeiros, projetos como o “Centro de Saúde da Batalha” (4,5 milhões de euros), a “Construção do Centro de Saúde de Arganil (4,0 milhões de euros), a “Remodelação e ampliação do Centro de Saúde de Pombal” (4,0 milhões de euros) e a “Ampliação e requalificação do Centro de Saúde Norton de Matos”, no município de Coimbra (3,9 milhões de euros). Também nesta componente, evidenciam-se os investimentos relativos à Rede nacional de cuidados continuados integrados e Rede nacional de cuidados paliativos, que registaram o maior aumento do montante contratado desde março de 2026 (acrécimo de 20,1 milhões de euros). Estes investimentos totalizam 118,6 milhões de euros (26,6% do total da componente), distribuídos por 132 projetos, sendo exemplo, pelos montantes contratados, dois projetos da Administração Central do Sistema de Saúde I.P: Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos de Coimbra (7,4 milhões de euros) e Cuidados continuados e/ou paliativos de Baixa complexidade (6,8 milhões de euros). Destacam-se também os investimentos realizados no âmbito do Programa de Modernização Tecnológica do SNS, que totalizam 67,1 milhões de euros (15,1% do total da componente), após o acréscimo de 4,6 milhões de euros neste último trimestre. Evidenciam-se, pelos montantes atribuídos, os projetos “Aquisição de equipamento médico pesado e sistema cirúrgico robótico” (12,1 milhões de euros) e “Aquisição de Equipamento Médico Pesado no âmbito do Programa Modernização Tecnológica do SNS2 (8,9 milhões de euros), ambos os projetos do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil E.P.E. e, ainda, o projeto “Modernização do Parque Tecnológico da ULSRL: Cirurgia Robótica, Ressonância Magnética e Angiografia Digital” (7,5 milhões de euros), da Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, E.P.E. Por fim, destacam-se também os investimentos realizados na Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais, que representam 57,9 milhões de euros, (14,6% do total da componente), após uma diminuição, neste trimestre, de 20,9 milhões de euros e, ainda, os investimentos relativos à Reforma da saúde mental, que concentram um montante contratado de 20,4 milhões de euros (4,6% do total da componente).

Ainda na dimensão Resiliência, a componente da **Habitação** (C02), com 685 projetos contratados, assumia também um valor contratado muito significativo: 389,1 milhões de euros (9,5% do total regional). Esta componente tem como objetivo relançar e reorientar a política de habitação e dar resposta às carências estruturais do parque habitacional. Destacavam-se os investimentos no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que representavam 214,8 milhões de euros (55,2% do total da componente), destinados à aquisição de terrenos para construção de fogos, à construção de novos edifícios ou à reabilitação de habitações existentes, bem como à aquisição de novos edifícios ou ao arrendamento de edifícios para subarrendar. Ainda nesta componente salienta-se também o apoio ao alojamento estudantil a custos acessíveis, que representava um valor contratado de 123,1 milhões de euros (31,6% do total da componente), destinado à construção, adaptação e recuperação de residências estudantis. Nesta tipologia de investimento destacam-se alguns projetos, pelo significativo valor contratado, como o “Espaço U” do Instituto Politécnico de Coimbra, para a construção de um novo edifício com 400 novas camas, destinadas a alojamento estudantil a preços acessíveis (15,0 milhões de euros contratados), bem como o projeto “Crasto”, no município de Aveiro, para construção de um novo edifício com 320 novas camas, para alojamento estudantil (12,0 milhões de euros).

No total, estas quatro componentes da dimensão Resiliência concentravam 2.670,2 milhões de euros, correspondendo a 65,4% do investimento contratado no total do PRR na Região Centro, ficando saliente a sua importância no território regional.

As restantes componentes na dimensão Resiliência concentram um investimento menor, mas, ainda assim, com valores significativos, se comparados com algumas outras componentes das outras dimensões do PRR. A componente das **Respostas Sociais** (C03) absorvia 201,5 milhões de euros (4,9% do total regional contratado), destacando-se os investimentos na nova geração de equipamentos e respostas sociais, que absorviam 187,5 milhões de euros, destinados a apoiar estruturas residenciais para pessoas idosas, creches, habitações colaborativas, serviços de apoio ao domiciliário, incluindo o apoio na aquisição de veículos elétricos e ainda, a criação de equipas para projetos piloto. A componente das **Florestas** (C08) totalizava 169,8 milhões de euros (4,2% do total regional, após um acréscimo de 8,7 milhões de euros no segundo trimestre), destacando-se o investimento de transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis, designadamente em áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e condomínios de aldeia, que totalizava 150,9 milhões de euros. Segue-se a componente das **Infraestruturas** (C07) que concentrava 113,1 milhões de euros e a componente da **Cultura** (C04), que concentrava 42,3 milhões de euros.

Montantes Contratados no PRR, na Região Centro,
por principais tipologias de investimento

Como já referido, a dimensão **Transição Climática** concentrava 659,1 milhões de euros contratados (16,1% do PRR na região), após um decréscimo de 7,1 milhões de euros, no segundo trimestre de 2026. Nesta dimensão, destacava-se a componente da **Descarbonização da indústria** (C11), com 269,9 milhões de euros contratados (6,6% do total regional), com o objetivo de apoiar projetos de descarbonização do setor industrial e empresarial e de promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos, concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC). Destacavam-se, pelos valores que envolvem, os projetos “RePower Chemicals”, no município de Estarreja, com 30,8 milhões de euros contratados; o projeto “SB+” de uma empresa da indústria vidreira, no município da Marinha Grande, com 17,2 milhões de euros contratados, o projeto “Descarbonização da fábrica de pasta da Figueira da Foz”, no município da Figueira da Foz, com 15,0 milhões de euros contratados e, ainda, o projeto de “Implementação de uma central de cogeração a biomassa florestal”, no município de Oleiros, com 12,3 milhões de euros contratados.

Também na dimensão da **Transição Climática** surge a componente do **REPowerEu** (C21) com 138,0 milhões de euros (após o decréscimo do investimento contratado em 11,4 milhões de euros face ao trimestre anterior), destinados a dar resposta às recomendações específicas dirigidas a Portugal no sentido de reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis e de focalizar o investimento na transição energética e para uma economia hipocarbónica e na produção e utilização eficientes e não poluentes da energia. No contexto da atual situação geopolítica e do mercado da energia, através desta componente, procura-se apoiar projetos que contribuam para independência energética e transição ecológica em Portugal, designadamente medidas para acelerar a implantação das energias renováveis, simplificar o licenciamento, descarbonizar o setor dos transportes, melhorar a eficiência energética dos edifícios, modernizar as redes de transporte e distribuição de eletricidade, aumentar o armazenamento de eletricidade e reforçar a aquisição das competências verdes necessárias para a transição ecológica. Na Região Centro, nesta componente, destacavam-se as várias medidas de reforço a outras componentes, designadamente à descarbonização dos transportes públicos (54,6 milhões de euros de reforço à componente C15, destinados a aumentar o número de novos autocarros de zero emissões utilizados para transporte público), à eficiência energética em edifícios residenciais (26,8 milhões de euros de reforço à componente C13, especificamente para aumentar o número de edifícios residenciais renovados e a produção de energia renovável para autoconsumo) e ao hidrogénio e gases renováveis (21,2 milhões de euros para reforçar a componente C14, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção de hidrogénio e gás renováveis).

Nesta dimensão destacava-se ainda a componente **Eficiência energética em edifícios** (C13) com 128,6 milhões de euros repartidos pelos edifícios residenciais (63,6 milhões de euros),

pelos edifícios da administração pública central (52,1 milhões de euros) e ainda pelos edifícios de serviços (12,9 milhões de euros).

Com menor dimensão financeira e ainda na Transição Climática, surgem as componentes do **Hidrogénio e renováveis** (C14) (61,5 milhões de euros), da **Bioeconomia** (C12) (39,6 milhões de euros), do **Mar** (C10) (20,9 milhões de euros) e da **Mobilidade Sustentável** (C15), que mantém a aprovação de apenas um projeto de descarbonização de transportes públicos, com um investimento inferior a um milhão de euros.

Por fim, a dimensão da **Transição Digital**, com 226,8 milhões de euros contratados, representava 5,6% dos investimentos PRR na região, tendo conhecido, neste período, um ligeiro acréscimo de 500 mil euros face ao trimestre anterior. A componente **Empresas 4.0** (C16), que se mantém como a mais significativa nesta dimensão, com 188,9 milhões de euros contratados (correspondendo a 4,6% do total regional contratado), tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital dos territórios, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem: a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; abranger de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços, a adoção de uma cultura de experimentação e inovação, o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas. Nesta componente destacavam-se os investimentos para apoiar a transição digital das empresas, que totalizavam 120,8 milhões de euros (63,8% do total da componente), a capacitação digital das empresas (36,9 milhões de euros), a indústria 4.0 (21,9 milhões de euros) e a catalisação da transição digital das empresas (9,3 milhões de euros).

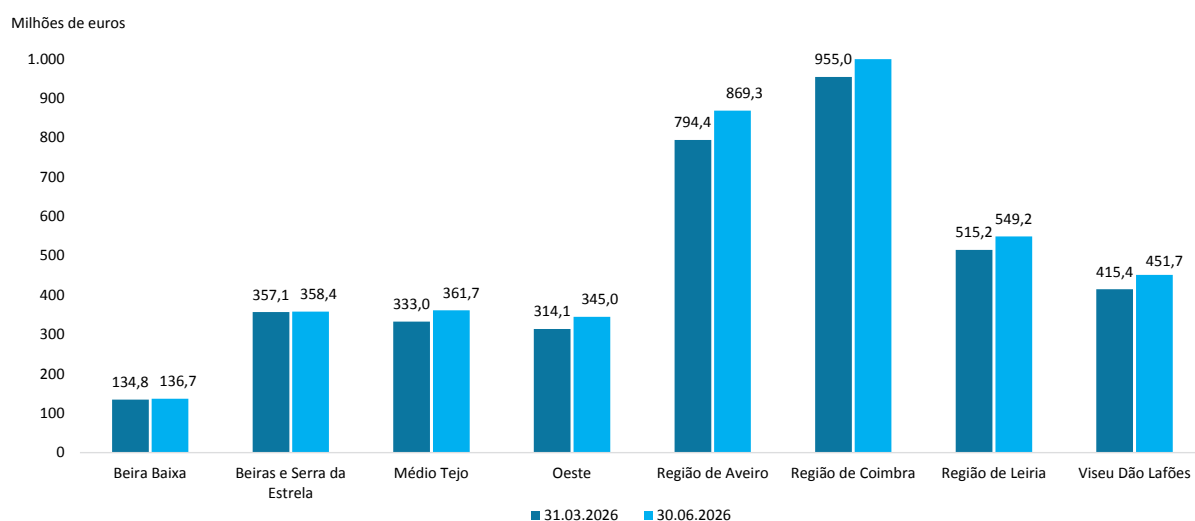
De referir também, nesta dimensão, a componente da **Administração Pública digital** (C19) com 37,9 milhões de euros contratados, destinada a melhorar a relação dos serviços públicos com os cidadãos e as empresas, no sentido de melhorar o serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promover a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública. Neste âmbito, destacavam-se os 14 projetos contratados relativos aos investimentos em Territórios Inteligentes, que totalizavam 15,2 milhões de euros e representavam 40,2% do investimento nesta componente, com o objetivo de criar um paradigma de planeamento e gestão das cidades e territórios através de políticas públicas baseadas em dados. Destacavam-se também os 93 projetos contratados relativos à reformulação do atendimento dos serviços públicos e consulares, que totalizam 13,0 milhões de euros (representam 34,3% do total desta componente). Esta medida irá rever a linha da frente dos serviços públicos e consulares introduzindo uma capacidade de resposta omnicanal (portal digital único, centro de atendimento e serviços presenciais), a par de um sistema de governação transversal, tirando partido da computação em nuvem e da utilização de redes 5G para inovar, melhorar a qualidade e reduzir as assimetrias na prestação de serviços públicos. Inclui também a criação de novos «Espaços Cidadão» e «Lojas do Cidadão» em novos espaços eficientes do ponto de vista energético.

Numa análise sub-regional, a Região de Coimbra era a sub-região com maior número de projetos contratados (20.755) e o maior montante contratado, correspondendo a 1.010,7 milhões de euros (24,8% do total regional) e a 513,7 milhões de euros já pagos (24,3% do total regional). Face ao período anterior, a Região de Coimbra registou o aumento mais expressivo de investimento contratado entre as diferentes sub-regiões (acrécimo de 55,7 milhões de euros). Nesta sub-região, destacava-se o município de Coimbra, com 529,2 milhões de euros atribuídos a 6.486 projetos contratados, sendo o município da Região Centro que beneficiava de mais verbas do PRR. A Figueira da Foz também se evidenciava como o sexto município do Centro com mais financiamento contratado (141,6 milhões de euros).

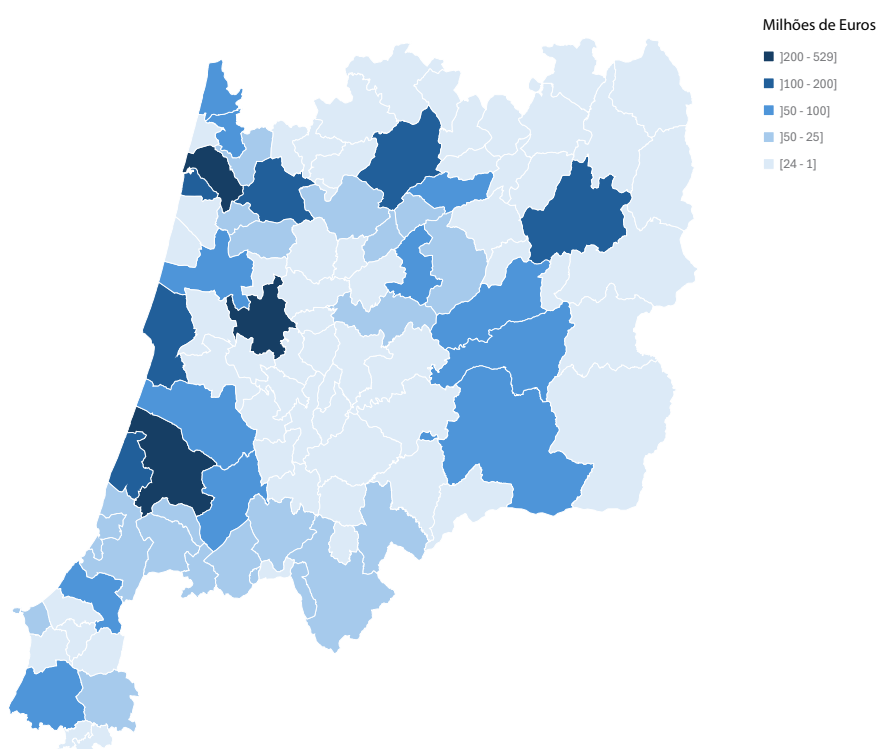
Com valores muito próximos, encontrava-se a Região de Aveiro, com 15.693 projetos e 869,3 milhões de euros contratados (21,3% do total do Centro), tendo registado o maior aumento do montante contratado (74,9 milhões de euros), neste segundo trimestre de 2026. Neste território, destacava-se não só o município de Aveiro, cujos projetos contratados totalizavam 315,3 milhões de euros (ocupando o segundo lugar municipal), mas também os municípios de Águeda e Ílhavo, por apresentarem valores contratados superiores a 120 milhões de euros. Aliás, Águeda era o quarto município da região com mais financiamento contratado (175,5 milhões de euros).

Também a Região de Leiria apresentava um valor significativo de projetos (12.359) e de investimento contratado, correspondendo a 549,2 milhões de euros (13,5% do total do Centro). O município de Leiria era o terceiro da região em número de projetos aprovados (5.764) e em investimento contratado (259,3 milhões de euros). Seguiu-se Viseu Dão Lafões com 451,7 milhões de euros contratados (após um acréscimo de 36,3 milhões de euros, representando 11,1% do total do Centro) e 13.942 projetos contratados. Neste território, destacava-se o município de Viseu com 5.765 projetos (o segundo da região com o valor mais elevado de projetos) e 155,4 milhões de euros contratados, sendo o quinto na hierarquia municipal do Centro.

Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por sub-região

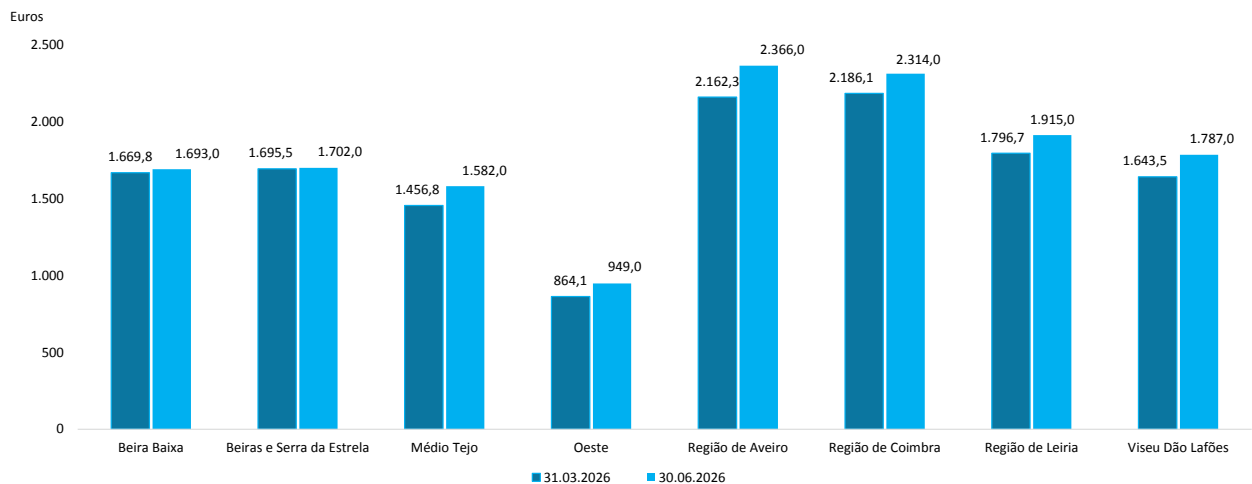


Montantes contratados no PRR, na Região Centro, por município
(30 de junho de 2026)



Com montantes contratados semelhantes, encontravam-se as sub-regiões das Beiras e Serra da Estrela, do Médio Tejo e do Oeste. Nestes territórios salientam-se também alguns municípios com significativa execução no PRR, como a Guarda (105,7 milhões de euros contratados), a Covilhã (89,5 milhões de euros), Torres Vedras (79,2 milhões de euros) e o Fundão (65,7 milhões de euros contratados). Por fim, a Beira Baixa apresentava-se com os valores mais baixos de projetos contratados (3.980) e de investimento contratado (136,7 milhões de euros). Castelo Branco destacava-se, na sub-região, com o valor mais elevado contratado (73,2 milhões de euros).

Montantes contratados no PRR por Habitante, na Região Centro, por sub-região



Considerando os montantes contratados por habitante, verificava-se que, na Região Centro, ocorreu, neste segundo trimestre de 2026, um aumento em 118,2 euros face ao trimestre anterior, fixando-se este valor em 1.833,1 euros por habitante. A Região de Aveiro e a Região de Coimbra surgem destacadas, com 2.366,1 e 2.313,5 euros por habitante, respetivamente. Neste segundo trimestre, a Região de Aveiro registou um acréscimo de 204,1 euros por habitante face ao trimestre anterior, enquanto a Região de Coimbra registou uma diminuição de 127,5 euros por habitante face ao período anterior. Segue-se a Região de Leiria, com uma média de 1.915,2 euros por habitante. As restantes sub-regiões apresentaram valores contratados por habitante abaixo da média regional, em particular o Oeste que era a sub-região com o montante por habitante mais baixo (949,1 euros).

PORTUGAL 2030

O PORTUGAL 2030 concretiza o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil milhões de euros. A sua programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos - um Portugal mais inteligente, mais verde, mais conectado, mais social e mais próximo dos cidadãos - e um objetivo específico da União Europeia: Portugal + Transição justa. O PORTUGAL 2030 é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e MAR 2030; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente – Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030; dois das Regiões Autónomas – Açores 2030 e Madeira 2030; e o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa. Os fundos europeus que são mobilizados para o financiamento de projetos através destes programas são: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – 11,5 mil milhões de euros, acrescidos de 139 milhões de euros relativos à Cooperação Territorial Europeia (CTE); Fundo Social Europeu Mais (FSE+) – 7,8 mil milhões de euros; Fundo de Coesão – 3,1 mil milhões de euros; Fundo para uma Transição Justa (FTJ) – 224 milhões de euros; e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) – 393 milhões de euros.

A dotação do PORTUGAL 2030 é de 23 mil milhões de euros, correspondendo ao conjunto dos fundos que são mobilizados no âmbito dos 12 Programas (de âmbito temático e regional). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do programa regional CENTRO 2030 (2,2 mil milhões de euros), que se destina exclusivamente a apoio a investimentos na região, e ainda de concursos abertos nos quatro programas temáticos: PESSOAS 2030, COMPETE 2030, SUSTENTÁVEL 2030 e MAR 2030 (programas com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

PORTUGAL 2030 NA REGIÃO CENTRO

2,7
mil milhões de euros*de fundos europeus
aprovados para a
Região Centro até
30 de junho de 2026***35,2%***dos fundos aprovados
provenientes do
programa temático
CENTRO 2030.*

²⁶ Tratam-se apenas de operações com investimento integral na Região Centro, ou seja, não estão a ser consideradas as operações com investimento multi-regiões (no Centro e noutras regiões NUTS II). A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

No PORTUGAL 2030, a 30 de junho de 2026, estavam aprovados 2,7 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 4,2 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Estes apoios continuaram a destinar-se, sobretudo, à competitividade empresarial, cursos profissionais e mobilidade urbana sustentável. O programa regional CENTRO 2030 era responsável por 35,2% dos apoios aprovados e o programa temático PESSOAS 2030 por 35,1%. O FEDER continuava a ser, desde o trimestre anterior, o fundo mais expressivo na região, financiando 47,2% dos montantes aprovados, logo seguido do FSE+ com 41,0%.

A 30 de junho de 2026 encontravam-se aprovados 2,7 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos de vários Programas do PORTUGAL 2030, correspondendo a um investimento elegível de 4,2 mil milhões de euros²⁶. Na região, estes apoios relacionavam-se, sobretudo, com o crescimento e competitividade das pequenas e médias empresas (595,5 milhões de euros de FEDER aprovado), cursos profissionais (398,2 milhões de euros de FSE+ aprovado) e mobilidade urbana sustentável (126,5 milhões de euros de fundos aprovados: 118,3 milhões de euros de Fundo de Coesão e 8,2 milhões de euros de FEDER).

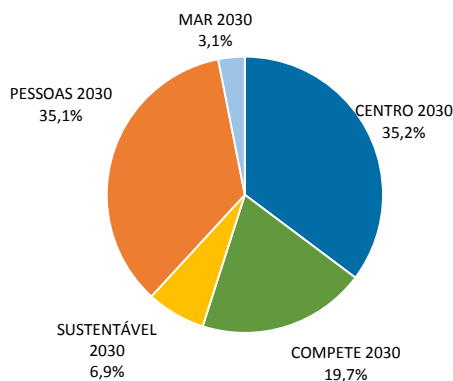
Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento líquido de 53,1 milhões de euros nos fundos aprovados para a região, destacando-se a aprovação de mais 63,1 milhões de euros pelo CENTRO 2030, tendo sido o programa cujas aprovações mais cresceram neste segundo trimestre de 2026.

O programa regional CENTRO2030 foi responsável por 35,2% dos fundos aprovados para a região, seguindo-se, bastante próximo, o programa temático PESSOAS 2030 (35,1%) e depois o COMPETE 2030 (19,7%), o SUSTENTÁVEL 2030 (6,9%) e, com menor expressão, o MAR 2030 (3,1%).

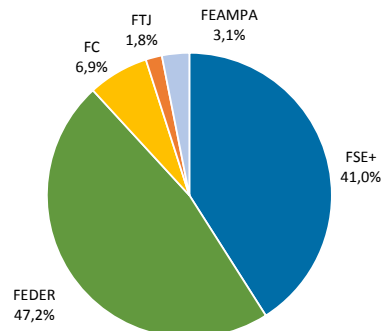
Neste trimestre, o FEDER manteve-se como o fundo financiador da maioria dos montantes aprovados (47,2%), cujo volume de apoio ascendia a 1,3 mil milhões de euros. O FSE+ apresentou valores semelhantes, com 1,1 mil milhões de euros aprovados (41,0%), seguindo-se o Fundo de Coesão, com 183,8 milhões de euros (6,9%). Já o FEAMPA, que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa MAR 2030, representou 82,7 milhões de euros (3,1%), e o Fundo para uma Transição Justa, com 49,0 milhões de euros (1,8%), tinham pouca expressão na região.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2030, na Região Centro
(30 de junho de 2026)

Por Programa



Por Fundo Financiador



Quadro 14 - Aprovações nos Programas do PORTUGAL 2030 na Região Centro (valores acumulados)	30 de junho de 2026		31 de março 2026		31 de dezembro 2025		30 de setembro 2025		30 de junho 2025	
	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado	Despesa elegível aprovada	Fundo europeu aprovado
	Euros		Euros		Euros		Euros		Euros	
TOTAL no Centro*	4 208 342 335	2 666 301 608	4 363 364 702	2 613 216 976	3 784 832 727	2 412 435 601	3 163 653 233	2 043 080 085	2 602 975 884	1 703 920 070
PROGRAMAS TEMÁTICOS										
COMPETE 2030	1 131 003 826	525 231 119	1 439 160 504	564 569 818	998 419 205	459 394 301	804 131 859	370 474 439	597 975 752	280 835 213
PESSOAS 2030	1 099 544 362	934 926 602	1 082 391 929	920 347 677	1 063 434 694	903 927 981	919 793 154	781 824 181	841 853 690	715 575 637
SUSTENTÁVEL 2030	253 318 160	183 809 781	213 519 039	172 827 930	208 122 065	168 240 503	207 088 650	167 362 100	205 175 564	165 735 977
MAR 2030	188 299 771	82 657 689	181 365 065	78 997 703	170 973 759	74 645 451	124 328 828	56 336 577	113 727 192	50 996 553
PROGRAMA REGIONAL										
CENTRO 2030	1 536 176 215	939 676 416	1 446 928 166	876 473 847	1 343 883 004	806 227 366	1 108 310 742	667 082 788	844 243 687	490 776 691

x: Não disponível

* Tratam-se apenas das operações com investimento integral na Região Centro, pelo que os apoios aplicados na região encontram-se subavaliados.

O **Programa COMPETE 2030**, programa temático Inovação e Transição Digital, intervindo sobretudo nas regiões menos desenvolvidas do Continente, assume a agenda temática de promoção da competitividade da economia nacional, quer através da aposta na investigação e inovação (I&I), quer através da promoção da sustentabilidade e da autonomia energética, constituindo a qualificação dos ativos empresariais um instrumento nesta estratégia. O COMPETE 2030 tem uma dotação programada de 3,9 mil milhões de euros de fundos europeus. Até 30 de junho de 2026, este programa concentrava 525,2 milhões de euros de fundos europeus aprovados na Região Centro (19,7% do total aprovado na região), sendo a quase totalidade FEDER (97,6%). Neste trimestre, o fundo aprovado diminuiu, em termos líquidos, 39,3 milhões de euros, justificado, sobretudo, pelo decréscimo de 50,7 milhões de euros nas aprovações de projetos empresariais de inovação produtiva.

Nos sistemas de incentivos é relevante distinguir entre Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial (SICE) e Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SII&D).

Os SICE, dirigidos às empresas, têm por objetivo a capacitação empresarial através da melhoria da capacidade produtiva e também da aposta na qualificação, digitalização e internacionalização dos modelos de negócio, desagregando se em três tipologias de intervenção: Inovação Produtiva; Internacionalização e Qualificação das PMEs. Até 30 de junho de 2026, foram aprovados 377,4 milhões de euros de fundo europeu nos SICE, dos quais 93,0% se dirigiram à inovação produtiva (351,0 milhões de euros), 4,1% à internacionalização das PME (15,4 milhões de euros) e 2,9% à qualificação das PME (11,0 milhões de euros). Este valor correspondeu a 71,9% do total de fundos aprovados na região pelo COMPETE 2030. Como já referido, neste trimestre ocorreu uma diminuição de 50,7 milhões de euros nos apoios aos projetos empresariais de inovação produtiva.

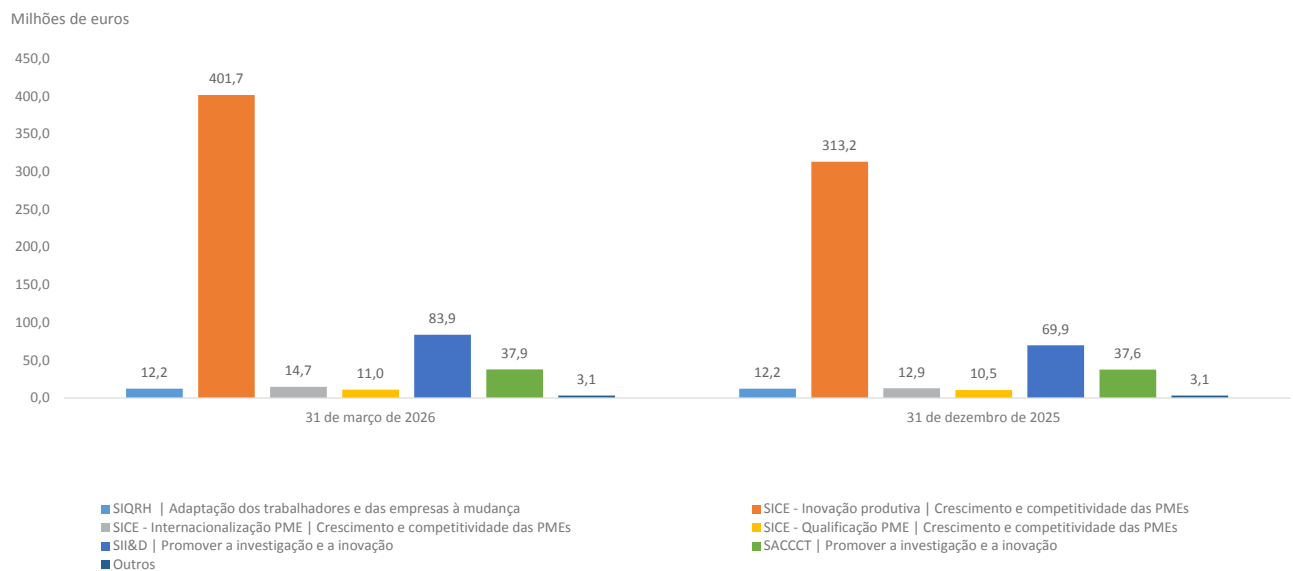
Já os Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SII&D) visam promover o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), nas categorias de investigação industrial e/ou de desenvolvimento experimental, estimulando a sua valorização económica e a promoção de inovação em domínios prioritários de especialização inteligente, incluindo o reforço da articulação entre as empresas (em particular as PME) e as instituições científicas e tecnológicas. No segundo trimestre de 2026, estavam aprovados 92,3 milhões de euros de FEDER (17,6% do total aprovado pelo programa na região), após um acréscimo de 8,5 milhões de euros.

O Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT) concentrou 39,9 milhões de euros de FEDER aprovado (7,6% do total aprovado), tratando-se de apoio a projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), especificamente

de Entidades não Empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (ENESII). De referir que, neste sistema de apoio, os projetos apoiados têm de ser reconhecidos internacionalmente, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação nos vários domínios científicos alinhados com as Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) e com o propósito de estimular uma economia de elevado valor acrescentado, bem como a excelência, a cooperação e a internacionalização, visando processos de inovação com finalidade de mercado e o aumento da criação de conhecimento para resposta a desafios empresariais e societais.

De destacar ainda, o Sistema de Incentivos à Qualificação de Recursos Humanos (SIQRH), mais concretamente, os apoios à adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança, que totalizaram 12,5 milhões de euros de FSE+ aprovado, (correspondendo a 2,4% do total aprovado pelo COMPETE 2030 na região).

Fundo europeu aprovado no programa temático COMPETE 2030, na Região Centro, por principais tipologias (valores acumulados)



O **Programa PESSOAS 2030** é programa temático dedicado à demografia, qualificações e inclusão, com uma dotação de cerca de 5,7 mil milhões, exclusivamente de FSE+, dirigindo-se maioritariamente às regiões menos desenvolvidas do Continente (já que algumas das suas medidas podem abranger as regiões de Lisboa e do Algarve, região mais desenvolvida e região em transição, respetivamente). A 30 de junho de 2026, neste programa temático, estavam aprovados, na região, 934,9 milhões de euros de FSE+ (35,1% do total de fundos europeus aprovados na região), referentes a 1.099,5 milhões de euros de investimento elegível. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo líquido de 14,6 milhões de euros de FSE+ aprovado neste programa, justificado, sobretudo, pelo aumento de 14,8 milhões de euros destinados ao apoio à qualificação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Neste trimestre, continuaram a destacar-se os cursos profissionais, que se mantêm, desde o início deste período de programação, como a tipologia com maior volume de aprovações deste programa na região: 398,2 milhões de euros de FSE+ (sem acréscimo neste trimestre), representando 42,6% do total aprovado. Têm por objetivo a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho.

As medidas de apoio à qualificação de pessoas com deficiência e/ou incapacidade totalizaram 83,0 milhões de euros de FSE+ aprovado (8,9% do total aprovado, após o acréscimo de

14,8 milhões de euros neste trimestre), destinados a apoiar ações de formação que permitam a aquisição e o desenvolvimento de competências escolares e/ou profissionais, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, potenciando a sua inclusão social.

Os estágios profissionais concentraram 8,8% do fundo europeu aprovado neste programa na região (82,4 milhões de euros), respeitando à medida estágios ATIVAR.PT, que visam complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade, através da aquisição de novas formações e competências junto das empresas.

As bolsas de ensino superior para alunos carenciados absorveram 6,3% do FSE+ aprovado e representaram 59,0 milhões de euros, não tendo, neste segundo trimestre, registado acréscimo financeiro.

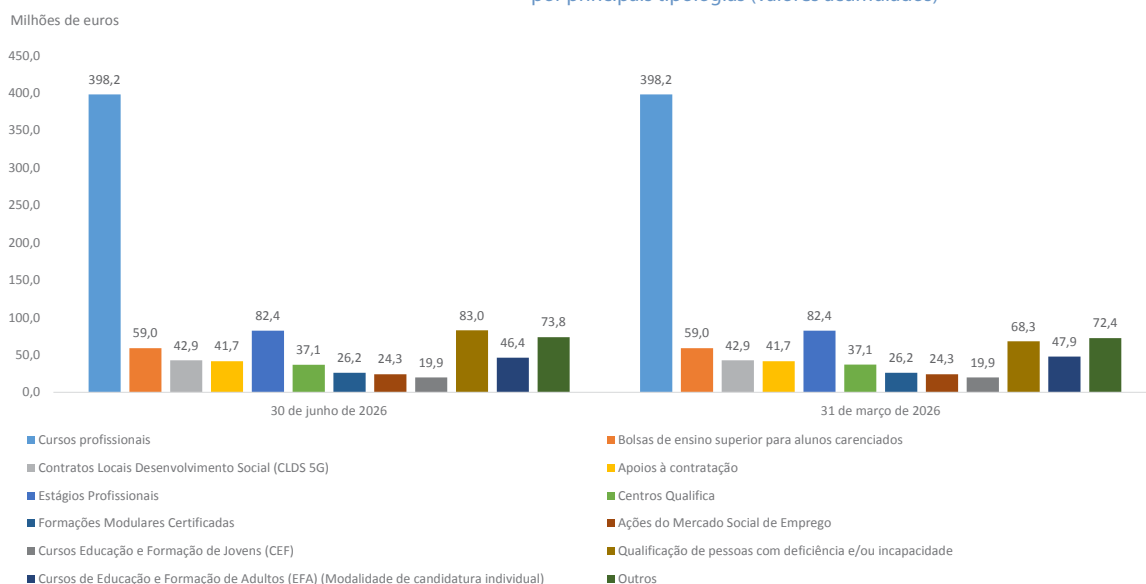
Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) totalizaram 46,4 milhões de euros (5,0% do total aprovado, após uma diminuição de 1,5 milhões de euros de FSE+), correspondendo a percursos formativos de dupla certificação, que combinam educação escolar e formação profissional. Adaptados às necessidades dos adultos, oferecem percursos flexíveis que permitem obter uma certificação escolar (do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou do ensino secundário) e/ou uma qualificação profissional de nível 1, 2, 3 ou 4, conforme o Quadro Nacional de Qualificações. São uma oportunidade de aprendizagem ao longo da vida, permitindo melhorar as competências e qualificações dos adultos com baixos níveis de qualificação de base.

A nova geração dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 5G) também mantiveram o mesmo volume de aprovações do trimestre anterior, ou seja 42,9 milhões de euros de FSE+ aprovado (4,6% do total aprovado). Estes contratos têm por finalidade reforçar as políticas já anteriormente desenvolvidas para promover a inclusão social dos grupos mais fragilizados, de forma multisectorial e integrada, através de ações em parceria, para combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos (os territórios de intervenção dos CLDS encontram-se previamente identificados tendo em conta a sua vulnerabilidade social).

Seguem-se os apoios à contratação que representaram 4,5% do FSE+ aprovado (41,7 milhões de euros). Trata-se de medidas de acesso ao emprego que visam apoiar a criação de oportunidades de emprego para os públicos com maiores dificuldades de acesso, tal como, os jovens, em particular os jovens NEET (jovens que não trabalham, nem estão em educação ou formação).

De referir também os Centros Qualifica que concentraram 4,0% do FSE+ aprovado neste programa (37,1 milhões de euros), tendo por objetivo melhorar os níveis de qualificação dos adultos, contribuindo para a progressão da qualificação da população e para a melhoria da empregabilidade dos indivíduos.

Fundo social europeu aprovado no programa temático PESSOAS 2030, na Região Centro, por principais tipologias (valores acumulados)



O **Programa SUSTENTÁVEL 2030** é o programa temático dedicado aos desafios da transição energética e climática e da neutralidade carbónica, abrangendo desafios como a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes, a transição para uma economia circular e a mobilidade urbana sustentável e tem uma dotação de 3,1 mil milhões de euros de Fundo Coesão (fundo apenas mobilizado por este Programa). Até 30 de junho de 2026, na Região Centro, foram aprovados 253,3 milhões de euros de investimento elegível e 183,8 milhões de euros de Fundo de Coesão, correspondendo a 6,9% dos fundos europeus aprovados na região. Neste trimestre, registou-se um acréscimo líquido de 11,0 milhões de euros de fundo aprovado neste Programa, justificado, quase na sua totalidade, pelo aumento dos apoios a projetos da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).

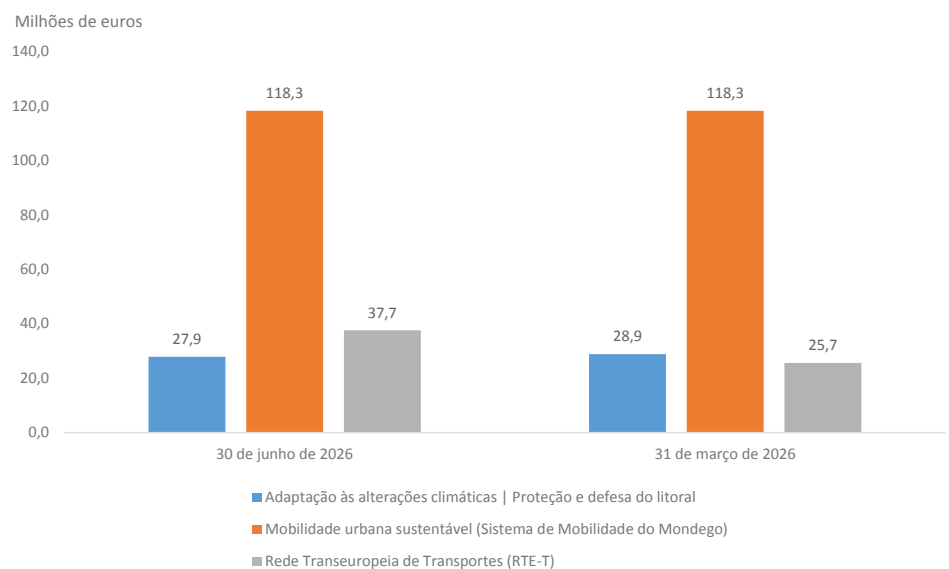
Deste volume de aprovações, 118,3 milhões de euros (ou seja, 64,4% do fundo aprovado neste programa na região) corresponderam à mobilidade urbana sustentável, mais concretamente ao Sistema de Mobilidade do Mondego (Metrobus). Este é um sistema que utiliza autocarros elétricos a baterias, ligando os municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo. Esta tipologia de investimento não sofreu alterações financeiras nos dois primeiros trimestres de 2026.

A Rede Transeuropeia de Transportes registou um acréscimo de 12,0 milhões de euros, neste trimestre, totalizando 37,7 milhões de euros de Fundo de Coesão (20,5% do total do fundo aprovado). Este acréscimo deve-se à aprovação de um novo projeto nesta tipologia de investimento: Linha do Norte – Conclusão da Modernização do troço Alfarelos-Pampilhosa (2.ª fase de operação do Portugal 2020), da entidade Infraestruturas de Portugal, S.A. Este projeto contempla a intervenção na Estação de Alfarelos – Granja do Ulmeiro; a supressão de atravessamentos de via e passagens de nível existentes e, ainda, a implementação de sistemas de sinalização eletrónica e telemática ferroviária.

Incluem-se ainda, nesta tipologia de investimentos, outras intervenções na região em ferrovia e portos marítimos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente para duplicação do Ramal de Alfarelos no troço Verride-Marujal (10,8 milhões de Fundo de Coesão), na ligação entre a Linha do Norte e a Linha do Oeste, para melhoria das acessibilidades marítimas e das infraestruturas portuárias do Porto da Figueira da Foz (9,2 milhões de euros), implementação de portarias digitais no Porto de Aveiro (4,0 milhões de euros) e modernização tecnológica do VTS (Vessel Traffic Service) do Porto de Aveiro (1,7 milhões de euros).

Por fim, as medidas de adaptação às alterações climáticas, designadamente de proteção e defesa do litoral, totalizaram 27,9 milhões de euros de Fundo de Coesão (15,2% do total do fundo aprovado), tendo sido a única tipologia deste programa temático que registou uma diminuição de fundo aprovado neste trimestre (-1,0 milhão de euros).

Fundo de coesão aprovado no programa temático SUSTENTÁVEL 2030, na Região Centro, por objetivos específicos e tipologias (valores acumulados)



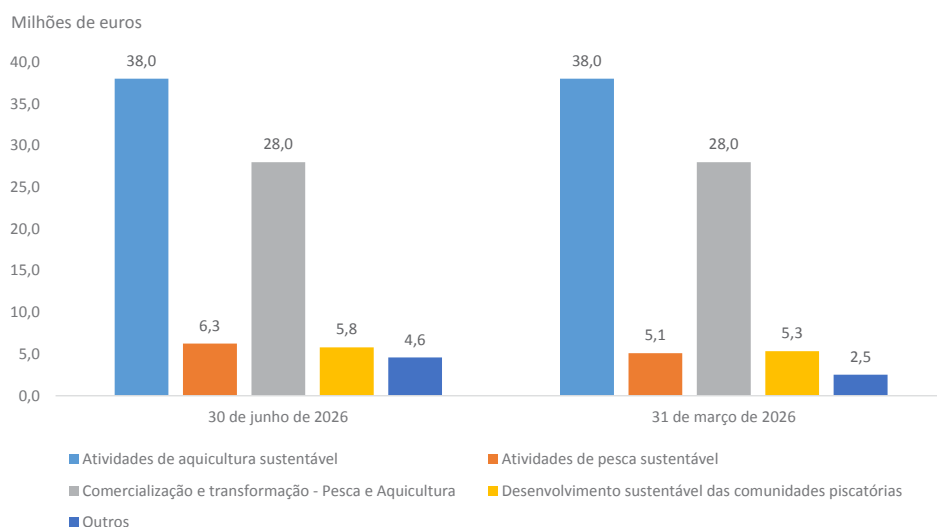
O **Programa MAR 2030** é um programa temático que abrange todo o território nacional e tem por objetivo implementar as medidas de apoio financiadas pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA). Este programa visa apoiar investimentos de sustentabilidade das pescas, eficiência energética e descarbonização, biodiversidade, valorização dos produtos da pesca e desenvolvimento local, com uma dotação financeira de 392,6 milhões de FEAMPA. No segundo trimestre de 2026, o MAR 2030 apresentou um investimento elegível aprovado de 187,4 mil milhões de euros, traduzindo-se em 82,7 milhões de euros de FEAMPA (após o acréscimo de 3,7 milhões de euros face ao trimestre anterior), que representaram 3,1% da totalidade dos fundos afetos à Região Centro.

As atividades de aquicultura sustentável são a tipologia de investimento com maior peso regional no MAR2030, representando 46,0% da totalidade do FEAMPA aprovado na região (38,0 milhões de euros, sem acréscimo financeiro neste segundo trimestre), destinados a apoiar investimentos para melhorar o desempenho económico e ambiental das empresas aquícolas, garantindo a sustentabilidade e a segurança alimentares.

A tipologia “comercialização e transformação - pesca e aquicultura”, que visa promover a comercialização, a qualidade, o valor acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura, assim como a transformação destes produtos, representou 35,5% das aprovações do MAR 2030 na região e traduziu-se em 28,0 milhões de euros de FEAMPA aprovado. Destacavam-se, pelo fundo aprovado, dois projetos de ampliação e capacitação de duas unidades de preparação, transformação e congelação de pescado, nomeadamente de bacalhau, sendo uma das unidades no município de Coimbra (5,9 milhões de euros) e outra unidade no município de Ourém (4,6 milhões de euros).

As atividades de pesca sustentável agregaram, neste segundo trimestre, 6,3 milhões de euros de FEAMPA aprovado na região (após um acréscimo de 1,2 milhões de euros), representando 6,5% do total aprovado neste programa temático para o Centro, tratando-se, sobretudo de apoios a investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos. Destaca-se o projeto de construção de um módulo de engorda de linguado, numa empresa de atividades piscícolas localizada no município de Mira, que totalizava 8,0 milhões de euros. Já o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias concentrou 5,8 milhões de euros de FEAMPA aprovado na região, representando 7,0% do total neste programa.

Fundo FEAMPA aprovado no Programa Temático MAR 2030, na Região Centro, por objetivos específicos (valores acumulados)



Finalmente, o **Programa Regional CENTRO 2030** é o programa da Política de Coesão exclusivamente dedicado para a Região Centro, com uma dotação de 2,2 mil milhões de euros de FEDER, FSE+ e FTJ, destinada a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região. O CENTRO 2030 foi, até 30 de junho de 2026, responsável por 35,2% dos fundos europeus aprovados na região, correspondendo a 939,6 milhões de euros de fundos e a 1.536,2 milhões de euros de investimento elegível. Neste segundo trimestre de 2026, ocorreu um acréscimo líquido de 63,1 milhões de euros nos fundos aprovados, justificado, sobretudo, pela aprovação de novos projetos do Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT) (acrécimo de 15,0 milhões de euros), pelo aumento do financiamento a projetos de Economia Circular (acrécimo de 13,2 milhões de euros FEDER) e, ainda dos projetos relativos ao desenvolvimento integrado nas zonas urbanas (aumento de 10,1 milhões de euros de FEDER).

No Centro 2030, o crescimento e competitividade das PME's é o objetivo específico com mais investimento elegível (526,9 milhões de euros) e FEDER aprovado (218,0 milhões de euros, após o acréscimo de 6,7 milhões de euros aprovados neste segundo trimestre). Uma significativa parte deste fundo (75,5%) destinou-se a projetos de inovação produtiva, enquadrados no Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial (SICE), com 164,7 milhões de euros de FEDER atribuído, que correspondem a 17,5% do total aprovado pelo programa regional.

No âmbito deste objetivo específico do crescimento e da competitividade das PME's, salientava-se, também, o Sistema de Incentivos de Base Territorial, que totalizou 24,4 milhões de euros de FEDER aprovado (11,2% do total aprovado neste objetivo específico) e destinou-se a projetos de investimento de pequena dimensão para criação de micro e pequenas empresas e para a expansão ou modernização da sua atividade nos territórios de intervenção da cada uma das CIM.

As restantes aprovações neste objetivo específico totalizaram 29,0 milhões de euros de fundo europeu, correspondendo a áreas de acolhimento empresarial de base não tecnológica (17,5 milhões de euros de FEDER aprovado), a infraestruturas de apoio à competitividade de base não tecnológica do Pinhal Interior (ou seja, áreas de acolhimento empresarial e incubadoras/ espaços de cowork da ITI Pinhal Interior, que totalizaram 8,0 milhões de euros) e a ações coletivas de internacionalização, que concentravam 3,6 milhões de euros de FEDER aprovado).

Outra área temática do Programa Regional do Centro que se destaca é a promoção da investigação e da inovação, com 117,6 milhões de euros FEDER (após o acréscimo de 17,4 milhões de euros), correspondendo a 12,5% das aprovações do Centro 2030. Neste objetivo específico, destacou-se o Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento (SIID), com 64,6 milhões de euros de fundo europeu aprovado, destinados a apoiar projetos de proteção da propriedade intelectual e industrial (101,6 mil euros FEDER), investigação e desenvolvimento (I&D) empresarial (61,5 milhões de euros FEDER) e de internacionalização de I&D (3,1 milhões de euros FEDER), correspondendo a 6,4% dos fundos aprovados no programa regional. Ainda no contexto da promoção da investigação e inovação, destacou-se o Sistema de Apoio à Criação de Conhecimento Científico e Tecnológico (SACCCT), destinado a apoiar projetos de investigação científica e tecnológica de entidades não empresariais do sistema de I&I, com o objetivo de reforçar as capacidades regionais de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, apoiando a acumulação de competências científicas relevantes em áreas fundamentais para a concretização da estratégia regional de especialização inteligente, que totalizava 43,1 milhões de euros FEDER. Trata-se de apoios a projetos de investigação e de inovação em centros de investigação públicos, estabelecimentos de ensino superior e outros centros de competências e, ainda, o apoio a investimentos em ativos fixos, mais concretamente o apoio à infraestrutura científica "MIA Portugal - Centro de Excelência em Investigação do Envelhecimento". Este projeto totalizou 12,4 milhões de euros de FEDER, destinados a concluir a construção do edifício de acolhimento da infraestrutura (sito no Pólo III da Universidade de Coimbra) e a dotá-lo de equipamentos laboratoriais tecnologicamente avançados. De referir ainda, neste contexto da investigação e inovação, as Ações Coletivas de Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico, que totalizaram, no segundo trimestre de 2026, 8,2 milhões de euros de FEDER aprovado, destinados ao financiamento de projetos de transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, centros de investigação e o setor do ensino superior. Mantém-se em destaque, nesta tipologia de investimento, o apoio de 3,5 milhões de euros aprovados que financiaram o projeto INOV+, entendido como um ecossistema de inovação para transferência de conhecimento e tecnologia na economia regional, que procura estimular a transformação de resultados de I&DT em novos ou melhorados produtos, serviços ou processos produtivos e organizacionais, incluindo ações de espectro diverso devidamente alinhadas com a RIS3 do Centro.

Em termos de montantes aprovados destacava-se também o financiamento ao desenvolvimento integrado nas zonas urbanas, que totalizou 115,4 milhões de euros de FEDER aprovado, após um significativo acréscimo de 10,1 milhões de euros neste trimestre. Este valor de FEDER aprovado destinou-se a diversas áreas de investimento destacando-se a reabilitação e regeneração urbanas (41,9 milhões de euros); as infraestruturas do pré-escolar, básico e secundário (32,2 milhões de euros); a refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos (20,4 milhões de euros) e, ainda, os produtos turísticos sub-regionais e locais (10,8 milhões de euros). De referir que esta tipologia de investimentos está enquadrada nos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) contratualizados com as Comunidades Intermunicipais da região, que envolvem uma dotação financeira global de cerca de 907 milhões de euros (cerca de 42% da dotação total do CENTRO 2030). Estes investimentos traduzem a dimensão territorial da política de coesão, para promoção do desenvolvimento social, económico e ambiental integrado nos diferentes territórios da Região Centro.

Os apoios à rede transeuropeia de transportes totalizaram um montante aprovado de 65,7 milhões de euros de FEDER (7,0% do total aprovado pelo programa), mantendo as aprovações do trimestre anterior, com destaque para o financiamento da conclusão da segunda fase da operação Linha do Oeste - Modernização do Troço Meleças - Caldas da Rainha – 2ª Fase operação PT 2020. Este projeto de investimento teve apoio financeiro do Portugal 2020 - COMPETE 2020, mas não tendo sido concluído até ao final do ano de 2023, transitou para o atual quadro financeiro plurianual.

O investimento empresarial para uma transição justa no Médio Tejo também representou um valor significativo de aprovações do CENTRO 2030, concentrando, a 30 de junho de 2026, 49,0 milhões de euros de FTJ, ou seja, 5,2% das aprovações do programa regional. O FTJ mobilizado na Região Centro destinou-se a mitigar os impactos socioeconómicos da transição para a neutralidade carbónica resultantes do encerramento da Central Termoelétrica do Pego, em Abrantes (Médio Tejo), através do apoio à diversificação da atividade económica do território e aos trabalhadores afetados. Em termo financeiros, destacou-se a aprovação de um projeto, que totalizou 7,4 milhões de euros de FTJ, para apoiar investimentos produtivos numa empresa agroalimentar de Tomar, bem como o apoio de 6,0 milhões de euros de fundo destinados às novas instalações (construção e equipamento) para a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, do Instituto Politécnico de Tomar, com vista à formação, requalificação e reconversão de recursos humanos nas áreas e tecnologias mais estratégicas para a transição justa do território.

Os apoios aos projetos de adaptação às alterações climáticas totalizaram um FEDER aprovado de 48,1 milhões de euros e destinam-se a apoiar investimentos que contribuíssem para a mitigação das consequências resultantes das alterações climáticas nomeadamente em infraestruturas e meios de combate a incêndios rurais; a sistemas de prevenção, de apoio à decisão e de combate a incêndios rurais e, ainda, ao reforço das competências em gestão de crises, através de sistemas de informação, vigilância e monitorização e cartografia de zonas de risco.

Os apoios dirigidos ao acesso aos cuidados de saúde totalizaram 44,3 milhões de euros de fundo aprovado no segundo trimestre de 2026, mantendo o fundo aprovado desde o início do ano e mantendo-se o destaque, pelo montante envolvido, do projeto de intervenção e requalificação no Hospital Dr. Manoel Constâncio, no município de Abrantes, com 4,5 milhões de euros aprovados. Trata-se de um projeto de implementação de diversos investimentos, desde a urgência médico-cirúrgica, ao bloco operatório e cardiologia da unidade de Abrantes.

Os projetos destinados à gestão sustentável da água totalizaram, no segundo trimestre de 2026, 30,5 milhões de euros de fundo aprovado, após um acréscimo financeiro de 6,3 milhões de euros. Nesta tipologia de investimento foram aprovados 40 projetos no domínio de intervenção do abastecimento de água para consumo humano (extração, tratamento, infraestruturas de armazenamento e distribuição, medidas de eficiência e fornecimento de água potável), em conformidade com critérios de eficiência e, ainda, da recolha e tratamento de águas residuais conformes com critérios de eficiência energética.

Destaca-se ainda, neste segundo trimestre de 2026, o investimento de apoio à digitalização da Administração Pública Local, que totalizou 19,1 milhões de euros, (sem acréscimo financeiro), que se traduz no apoio a 19 projetos relativos à disponibilização de serviços públicos eletrónicos orientados para os cidadãos e as empresas, que proporcionem formas flexíveis e personalizadas de interação e redução de custos de contexto (digitalização de serviços municipais e sua disponibilização através de diferentes plataformas, com recurso à identificação eletrónica). Pelo volume financeiro atribuído, continuam a destacar-se os projetos da Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oeste+Digital Pessoas no Centro, com 3,7 milhões de euros de fundo europeu aprovado), da Comunidade Intermunicipal da Serra

da Estrela (Modernização Digital da Administração Pública Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, com 3,5 milhões de euros) e do Município de Coimbra (Proteção civil e gestão integrada de riscos no território da Região de Coimbra, 3,5 milhões de euros).

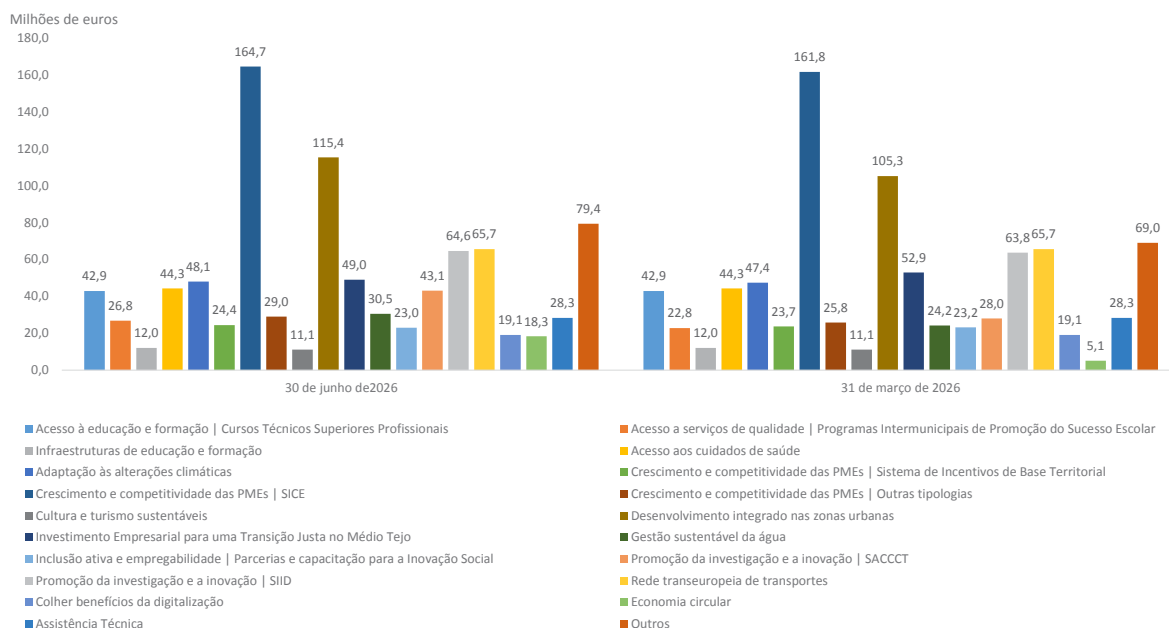
Neste segundo trimestre de 2026, salientam-se, ainda, os investimentos em Economia Circular, que totalizavam 18,3 milhões de euros de fundo aprovado, após um acréscimo de 13,2 milhões de euros neste trimestre. Nestes investimentos incluem-se projetos empresariais individuais de investimento produtivo focados na endogeneização da circularidade nas respetivas atividades e processos produtivos, mas também projetos de apoio à gestão de resíduos.

Neste trimestre mantêm-se os montantes financeiros atribuídos à tipologia de investimento de infraestruturas de educação e formação, que totalizavam 12,0 milhões de euros de FEDER aprovado. Trata-se de cinco projetos, designadamente da Universidade de Coimbra e dos Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Coimbra, Tomar e Viseu, com o objetivo de melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha. Os projetos contemplaram a construção de salas de aula, incluindo laboratórios de aprendizagem e centros de inovação e valorização. No caso particular do Politécnico de Coimbra, o projeto contemplou a construção de novas instalações para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, em Oliveira do Hospital.

Por fim, os projetos financiados pelo FSE+ concentraram 15,5% dos fundos europeus aprovados no programa regional, traduzindo-se em 145,4 milhões de euros (mais 2,8 milhões de euros do que no primeiro trimestre de 2026).

Destas aprovações, destacou-se o financiamento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (42,9 milhões de euros, sem acréscimo neste trimestre), oferta educativa de natureza profissional, inserida no ensino superior, não conferente de grau académico e que visa reforçar a qualificação da população e a sua integração no mercado de trabalho; o financiamento de Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (26,8 milhões de euros), da responsabilidade das oito Comunidades Intermunicipais e que visam a promoção do sucesso educativo, combatendo as insuficiências na qualidade das aprendizagens de uma parte significativa da população escolar, agravadas pela pandemia Covid-19; e ainda, as Parcerias e Capacitação para a Inovação Social (23,0 milhões de euros), que se destinam a apoiar o desenvolvimento de iniciativas de inovação e empreendedorismo social com elevado potencial de impacto social na região e o desenvolvimento de competências de gestão nas equipas envolvidas na sua implementação.

Fundo europeu aprovado no Programa Regional CENTRO 2030, na Região Centro, por principais tipologias (valores acumulados)



A 30 de junho de 2026, 85,3% da dotação do programa regional CENTRO 2030 tinha sido colocada a concurso através dos 182 avisos de concurso disponibilizados até esta data, a que corresponderam 1,9 mil milhões de euros de fundos europeus. Destes avisos de concurso, 145 foram encerrados, com uma dotação de 969,5 milhões de euros de fundos europeus (52,3% dos fundos colocados a concurso até esta data). Os restantes 37 avisos de concurso continuavam abertos com uma dotação global de fundo de 884,0 milhões de euros.

No segundo trimestre de 2026, foram aprovadas 1.704 operações no programa regional, que totalizaram um investimento total de 1.843,5 milhões de euros e beneficiaram de um fundo europeu aprovado de 939,7 milhões de euros. Em média, cada projeto aprovado no CENTRO 2030 envolveu um investimento total de 1,0 milhões de euros, um investimento elegível de 829 mil euros e um apoio europeu de 507 mil euros.

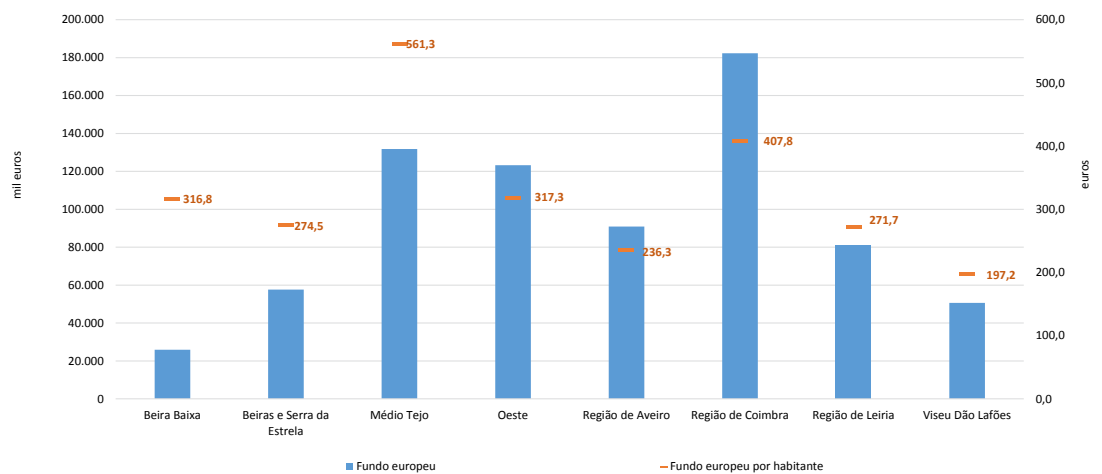
Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2030 (valores acumulados)		junho de 2026	março de 2026	dezembro de 2025	setembro de 2025	junho de 2025
Concursos						
Total	número	182	173	165	153	138
Fundo europeu	milhões €	1 853,5	1 694,0	1 638,0	1 610,0	1 505,0
	% da dotação de fundo	85,3	78,0	75,4	74,1	69,3
Em aberto	número	37	33	42	54	45
Fundo europeu	milhões €	884,0	764,9	836,5	928,3	859,0
Encerrados	número	145	140	123	99	93
Fundo europeu	milhões €	969,5	928,6	801,6	681,6	647,0
Operações aprovadas						
Total	número	1 704	1 580	1 483	1 195	833
Investimento total	milhões €	1 843,5	1762,5	1 650,3	1 379,5	961,9
Investimento elegível	milhões €	1 536,2	1446,9	1 343,9	1108,3	844,2
Fundo europeu	milhões €	939,7	876,5	806,2	667,1	490,8
Exucação Financeira						
Investimento elegível	milhões €	459,9	384,0	327,5	165,6	112,9
Fundo europeu	milhões €	311,0	266,0	233,0	124,6	87,2
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	317,7	276,4	242,7	134,1	90,7
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	43,3	40,4	37,1	30,7	22,6
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	14,3	12,2	10,7	5,7	4,0
Taxa de realização (fundo executado / fundo aprovado)	%	33,1	30,3	28,9	18,7	17,8
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo programado)	%	14,6	12,7	11,2	6,2	4,2

Em termos de execução, o programa regional Centro 2030 apresentava, no segundo trimestre de 2026, uma taxa de compromisso de 43,3%, após um aumento de 2,9 pontos percentuais face ao trimestre anterior, e uma taxa de realização de 33,1%, traduzindo um acréscimo de 2,8 pontos percentuais.

A taxa de execução era de 14,3%, tendo aumentado 10,3 pontos percentuais face ao período homólogo, e a taxa de pagamento era de 14,6% com um crescimento igualmente assinalável.

Em termos sub-regionais foram a Região de Coimbra, o Médio Tejo (essencialmente pelas aprovações no âmbito do FTJ) e o Oeste que absorveram o maior volume de apoios (19,4%, 14,0%, 13,1%). O Médio Tejo também apresentou o maior montante financeiro de apoio por habitante (561,3 euros de fundo europeu por habitante), seguido da Região de Coimbra (407,8 euros de fundo por habitante). Já a Beira Baixa, apesar de ter recebido, até ao momento, o menor montante de apoio (25,8 milhões de euros de fundo aprovado), apresentou o quarto maior valor de fundo europeu aprovado por habitante entre as oito sub-regiões do Centro (316,8 euros de fundos europeus por habitante). A média regional cifrou-se nos 408,5 euros de fundo europeu por habitante.

Fundo europeu aprovado no CENTRO 2030 por sub-regiões (30 de junho de 2026)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2025)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 1998)
- Inquérito ao Emprego - Módulo *ad hoc* "Trabalho a partir de casa"
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2025)

Desemprego Registrado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2025)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados; produtos, mesmo contendo nicotina, destinados à inalação sem combustão; outros produtos que contenham nicotina destinados à absorção da nicotina pelo corpo humano
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obra

XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios

XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2025)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2025)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2025)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2021)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Plano de Recuperação e Resiliência

Site do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal (página “PRR por Regiões”)

Portugal 2030

Site do PORTUGAL 2030 (lista de operações aprovadas; boletins mensais n.ºs 22, 25, 28, 31 e 34; informação sobre avisos de concurso)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2026 foi recolhida até ao dia 17 de setembro de 2026.

